

PESSOAS e LUGARES

Jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +

Directora: Cristina Cavaco

www.leader.pt

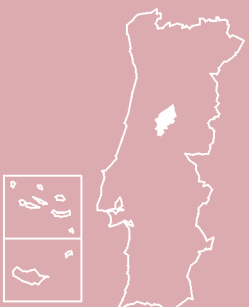
II Série | Nº 41 - 2006



Bombarral / Leader Oeste

Em Destaque

Ligações rural-urbano



Adiber
Beira Serra

P 4 a 6 Entrevista a Carminda Cavaco e Luís Moreno

P 3 Que novas oportunidades para as áreas rurais?

P 7 Casa da Comarca de Arganil

P 12 Um fim-de-semana na Beira Serra

O mundo rural já não é o que era!

As mudanças que cada vez mais se verificam, quer ao nível dos territórios, quer das populações rurais, vão criando novos tipos de relações entre regiões rurais e urbanas, diferentes dos conceitos tradicionais. A dicotomia rural/urbano vai-se esbatendo, quando não se altera, quer ao nível da qualificação e competências dos territórios, quer dos agentes e populações que aí operam e vivem, quer dos bens e serviços que produzem ou oferecem. Assimetrias e/ou desigualdades existem e muitas vezes tendem a persistir, em particular ao nível do emprego e da produção de mais valias económicas. Se, por um lado, poderão ser o resultado da evolução do mundo são, sem dúvida, também, o espelho de políticas públicas que ignoraram o declínio do mundo rural e o crescimento desmesurado, senão anárquico do “novo urbano”. A modernidade que hoje se procura para os diversos territórios pressupõe ter disso consciência e ter uma avaliação clara das múltiplas mudanças estruturais e sociais que neles se estão a operar e que a aplicação de políticas públicas incentivem e valorizem complementaridades territoriais e lhe confirmem sustentabilidade, no sentido amplo do termo.

As novas acessibilidades, os novos paradigmas da economia e, sobretudo, as novas formas de comunicação e emprego, têm de ser o motor mas também o suporte de um desenvolvimento equilibrado, que quebre isolamentos e permite às populações e aos territórios entrar nos caminhos do desenvolvimento. Se interligações territoriais são cada vez mais uma realidade as redes de comunicação e interligação, baseadas na troca de bens e serviços ou de valores culturais ou do conhecimento e inovação, são uma das formas de lhe dar suporte e aprofundamento. Pela pertinência e actualidade das questões que estão subjacentes a um tema tão vasto como é o das interligações rural/urbano, as abordagens que se incluem na presente edição do Jornal “Pessoas e Lugares”, da Rede Portuguesa LEADER+, são múltiplas e os olhares diversificados. Em sinal de interesse pelo aprofundamento de uma matéria tão complexa e inesgotável como esta, os vários testemunhos, da responsabilidade dos seus autores, são enquadrados por depoimentos de especialistas de prestígio nacional a quem agradecemos a prestigiosa e útil colaboração.

José António Canha
Gestor do Programa LEADER+ (IDRHa)

NOTA DA REDACÇÃO

Na edição do “Pessoas e Lugares” n.º 40, na página 11, nos órgãos sociais da Douro Superior – Associação de Desenvolvimento onde se lê Direcção Presidente Edgar Manuel da Conceição Gata deverá ler-se José Manuel Caldeira Santos, e onde se lê Conselho Consultivo Sotero Francisco Mariano Ribeiro deverá ler-se Emílio António Pessoa Mesquita. Na página 20, rubrica Produtos e Produtores, o contacto correcto do produtor é: Coopafreixo, Zona Industrial de Freixo de Espada à Cinta, Telf. 279 652668.



Pedido de envio do Jornal Pessoas e Lugares

Nome:

Organização:

Função:

Morada:

Código postal:

–

Telefone:

Fax:

E-mail:

Comentários:

Recorte ou fotocopie, e envie para: IDRHa, Rede Portuguesa LEADER+ Av. Defensores de Chaves, n.º 6 - 1049-063 Lisboa

O **Pessoas e Lugares** - Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ tem por objectivos:

- divulgar e promover o LEADER+;
- reforçar uma imagem positiva do mundo rural.

O **Pessoas e Lugares** tem uma periodicidade mensal e a sua distribuição é gratuita.

Se pretender receber o jornal **Pessoas e Lugares** preencha, por favor, o formulário anexo (recorte ou fotocopie) e envie para:

IDRHa
Rede Portuguesa LEADER+
Av. Defensores de Chaves, n.º 6
1049-063 Lisboa

Telf.: 21 3184419
Fax: 21 3577380

Ou aceda ao site da Rede Portuguesa LEADER+ **www.leader.pt** e preencha, por favor, *on line* o formulário disponível no *link* **Pessoas e Lugares**.

No caso de desejar receber mais do que um exemplar de determinado número do jornal **Pessoas e Lugares**, para distribuir num evento, por exemplo, pedimos o favor de fazer chegar essa informação ao IDRHa com a devida antecedência. Obrigado.

Que novas oportunidades para as áreas rurais?

A temática das relações urbano-rurais e as reflexões a estas associadas foram introduzidas nos estudos que deram lugar ao documento de referência sobre o ordenamento do território europeu, o “Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário” (CE, 1999)¹, aprovado em 1999 no encontro informal dos ministros do ordenamento do território e desenvolvimento regional dos vários Estados-membros. O estabelecimento de um novo quadro de relações entre a cidade e o campo, é apresentado como uma orientação de política fundamental para o desenvolvimento equilibrado e sustentável do território europeu, surgindo em estreita articulação com a configuração de um sistema urbano equilibrado e policêntrico, que assim contribua para a diminuição das desigualdades territoriais.

Este novo conceito surgiu da necessidade de dar uma resposta às transformações na ocupação do território e às consequentes mudanças funcionais e sociais verificadas nos espaços tradicionalmente classificados como urbanos e como rurais. Efectivamente, a crescente tendência de urbanização dos espaços rurais, a reestruturação produtiva, com a consequente realocação de actividades económicas nesses mesmos espaços e o aumento da mobilidade, traduziram-se num alargamento das bacias de emprego e das respectivas áreas funcionais das cidades, ao mesmo tempo que induziram o aparecimento de novas actividades e funções em áreas rurais.

Neste contexto, as relações urbano-rurais assumem características diferenciadas consoante se tratam de territórios densamente povoados fortemente influenciados por uma metrópole de grande dimensão (caso das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e as suas coroas periurbanas e rurbanas), áreas rurais densamente povoadas estruturadas por cidades de pequena e média dimensão (caso de alguns territórios do litoral norte, centro e sul do país), áreas de baixa densidade onde as pequenas e médias cidades têm um acrescido papel nos processos de estruturação e desenvolvimento territorial, ou áreas rurais remotas (onde se contam alguns territórios da fronteira). Os dois últimos grupos são por excelência os espaços onde a iniciativa comunitária LEADER tem também os seus territórios de actuação e que correspondem a uma parcela significativa do território nacional.

Reforçar relações urbano-rurais

Apesar da relevância da temática, esta continua a não ter resposta nas políticas promovidas pelos vários Estados-membros, mantendo-se a visão dicotómica entre políticas para as áreas rurais e políticas para as áreas urbanas ou, de forma mais geral, para determinados sectores ou territórios. Contudo, é de sublinhar que algumas políticas implementadas no país, não tendo como objectivo principal o reforço das relações urbano-rurais, acabaram por aí se reflectir. Vejamos o caso das várias iniciativas comunitárias LEADER e INTERREG (na vertente transfronteiriça) ou as “Acções Integradas de Base Territorial” (AIBT) enquadradas no âmbito dos “Programas Operacionais Regionais de 2000-2006”, que permitiram desenvolver projectos de âmbito supra-municipal, contribuindo para a definição de estratégias de desenvolvimento onde coexistem concelhos de carácter urbano e rural.

Considerando que as interligações entre os territórios urbanos e rurais tenderão a reforçar-se, é importante reconhecer e potenciar as oportunidades que daí advêm para os espaços de maior ruralidade, fortemente pressionados pelo êxodo e envelhecimento populacional, a que se juntam as poucas oportunidades de emprego e os insuficientes níveis de provisão de bens e prestação de serviços. Neste contexto, no horizonte de 2007-2013, a implementação do novo LEADER deverá, não só assegurar a coerência estratégica das suas intervenções com os restantes eixos do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, mas, sobretudo, assegurar a coerência com os restantes objectivos e instrumentos associados ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN). São eles o Programa Operacional Temático da Valorização Territorial e os Programas Operacionais Regionais onde, por um lado, se aposta



Adiber

nas cidades como espaços de vertebração territorial, promotoras da coesão territorial com os territórios envolventes e, por outro, se procura implementar uma política de complementaridade na provisão de equipamentos, bens e serviços, questão fundamental para as áreas rurais em contextos de baixa densidade.

Neste âmbito, caberá ao LEADER explorar as experiências positivas que detém no estabelecimento de parcerias territoriais e institucionais, mobilizando os tradicionais actores do mundo rural e enquadrando novos actores dos territórios urbanos vizinhos, tais como as universidades ou as associações de índole económica, proporcionando oportunidades de crescimento de novos sectores, nomeadamente o turismo, a agricultura e a produção agro-alimentar. Outro vector a ser explorado pelas áreas rurais é a sua atractividade como locais de residência de uma mão-de-obra que trabalha nas cidades da proximidade e que, desta forma, permite alcançar limiares mínimos de procura para bens e serviços em territórios de baixa densidade. Esta tendência poderá não só contribuir para a recuperação de identidades e saberes destes territórios (domínio onde o LEADER poderá desenvolver a sua actuação), como contribuir para melhorar a qualidade de vida dos residentes mais idosos destes lugares, pelo reforço da funcionalidade e acessibilidade regional destes lugares. Estes espaços rurais podem afirmar-se como espaços de residência, não esquecendo que é condição essencial assegurar as condições para a mobilidade dos activos e dos estudantes para os seus territórios de trabalho e estudo.

O próximo período de programação será um período determinante para efectuar mudanças estruturais no país, estando a estrutura de investimentos previstos vocacionada para a transformação do perfil produtivo e de qualificação/formação da mão-de-obra e para o desenvolvimento dos sectores da ciência e tecnologia. Os desafios que se colocam às áreas rurais são acrescidos, exigindo-se uma forte coerência estratégica entre as acções LEADER e as políticas nacional e regional. O reforço das ligações urbano-rurais em diferentes domínios (economia, ciência e tecnologia, cultura, ambiente, entre outros) encabeçadas por parcerias onde os grupos LEADER poderão desempenhar um papel muito activo, serão com certeza uma oportunidade de desenvolvimento destas áreas.

Eduarda Marques da Costa
Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa

¹ Tradução portuguesa do designado “European Spatial Development Perspective” (ESDP), publicação da Comissão Europeia, 1999.

Carmina Cavaco e Luís Moreno respondem

“Não tem sentido separar o mundo rural do urbano”

Em entrevista ao “Pessoas e Lugares”, Carmina Cavaco e Luís Moreno, professores do Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e investigadores do Centro de Estudos Geográficos, desfiem a duas mãos e uma voz os enlances e desenlaces de territórios, ora rurais, ora urbanos, ora rurbanos.

Onde acaba o urbano e começa o rural? Qual é a definição de rurbano?

Esta é uma questão que já ocupou muitos teóricos “do rural”, em diferentes ciências sociais e humanas, não apenas em Geografia. E nunca deixou de ser uma questão difícil, pois surgem cambiantes nas respostas conforme se incide no espaço humanizado no tempo *x* e no espaço *y*. Não só o urbano, a cidade e os campos diferem em distintos momentos históricos como também em variadas áreas do planeta. E as leituras e representações desses espaços são condicionadas pelo “filtro cultural” (bem situado) de cada observador ou estudioso, assim como pelas suas motivações e pelas limitações que lhe são impostas. Um investigador ocidental, europeu e português (por exemplo), pode usar uma apreciação qualitativa, apoiada na observação da paisagem, para dizer que aqui termina a cidade, “logo o urbano”, dando lugar ao campo / ao rural, mas será facilmente contestado por aqueles que lhe apontam pessoas e grupos sociais funcional e culturalmente urbanos que residem fora da cidade e outros que no “perímetro urbano” exibem comportamentos e práticas conotados com as áreas rurais, por proveniência das famílias ou por outras razões (casos de certos imigrantes). E mesmo que se possa, com certos critérios, distinguir o suburbano do rural peri-urbano, por exemplo, uma delimitação para efeitos de planeamento pode envolver algumas dificuldades, como as que se relacionam com as apropriações do espaço, certas conveniências e os conflitos de interesse. A urbanização difusa introduz complicações adicionais, ao tornar as “manchas rurais” dos campos peri-urbanos como delimitações convencionadas. Assim, as “ciências do território”, quando aplicadas, enformando as respectivas políticas, não podem mesmo ser neutras. Quanto ao rurbano, refere-se a um espaço que já foi considerado rural e que compreende povoações que ganharam população, empregos, actividades e funções próprias da cidade, normalmente na sequência de processos de descentralização e de disseminação de novos focos de crescimento do tecido urbano. Noutros casos refere-se mais às pessoas: são as novas gerações das populações autóctones que desenvolvem modos de vida e de trabalho em lugares urbanos, para onde se deslocam diariamente, mas mantendo a residência e a ligação directa, quotidiana, com as suas aldeias e os espaços que praticam desde a infância e não descurando as terras que herdaram, mesmo se apenas com cultivos de fim de tarde ou de semana, de autoconsumo mas também de mercado, como vinha ou pomares.

O que liga e separa o rural e o urbano?

Como referimos antes, as separações objectivas são difíceis. Objectivamente, o rural e o urbano estão mesmo interligados por fluxos de pessoas, bens, capital e informação. A força e a qualidade das ligações é que varia bastante, conforme estejamos perante um “rural peri-urbano”, um “rural intermédio” ou um “rural profundo”. As ligações serão de maior complementaridade económica, quando temos um “rural produtivo”, e de uma certa dependência da cidade em áreas de forte despovoamento, envelhecimento e desvitalização (tal como vários idosos dependem, de algum modo, de pessoas mais jovens). Das separações, as menos contestáveis surgem entre as situações mais típicas, modelares e que vão de encontro ao senso comum. Dessas clivagens, as mais objectivas passam por considerar um rural (profundo ou intermédio) cujas características se opõem às dos centros com densidades populacionais relativamente altas, uso intensivo do solo com redes de infra-estruturas, equipamentos e blocos de habitação, bons acessos internos e a outros centros e forte peso da actividade económica nos sectores secundário e terciário, mas principalmente neste, fornecendo bens e serviços com alcance pelo menos concelhio. Outra perspectiva sobre a separação rural-urbano assenta na assunção de diferentes valores, conforme as percepções e as representações – por exemplo, ver o rural como espaço de negação do urbano, um domínio menorizado, explorado, desqualificado. Ou de valiosa produção agro-pecuária e florestal. Ou de reserva ambiental, de refúgio face aos quoti-

dianos urbanos mais ou menos cronometrados e que se tornou corrente considerar stressantes nos ritmos e intensidades, bem representados pelo tráfego automóvel, com ambientes tidos como poluídos, na continuação da imagem da cidade industrial do passado. Noutros casos também, temos o rural simbolizando maior solidariedade, proximidade pessoal e entajuda – sem dúvida um rural bastante idealizado! – enquanto o urbano se associa ao anonimato, à indiferença, ao egoísmo, ao individualismo, uma “selva” de competitividade e formalidade. Ou ver o urbano como símbolo das expectativas de realização social e profissional, de fácil acesso a equipamentos de ensino, cultura, lazer, saúde, apoio a pessoas com dificuldades, etc., esquecendo a dimensão dos espaços de exclusão. Portanto, as separações de base subjectiva são normalmente redutoras e largamente influenciadas por modismos ideológicos.

A existência de uma certa indefinição no que se refere à ruralidade incide directamente sobre a definição de uma fronteira entre o rural e o urbano? Como é que se mede o grau de ruralidade de um território?

Esta questão apela ao estabelecimento de critérios convencionados, portanto normativos, dirigidos para a operacionalidade inerente à adopção de políticas. Já no passado assim foi, quando o “rural” apareceu como objecto específico de estudo científico e técnico, pelo menos em França: como já afirmou Maryvonne Bodiguel, em 1986, “o rural é um filho do ordenamento do território” e foi lançado, no início dos anos cinquenta, com a preocupação de pensar o futuro dos campos, “empurrando-os para a modernidade representada pelo desenvolvimento das cidades”. Não sendo viável definir uma fronteira que se possa cartografar a partir de todas as inter-subjectividades, têm sido utilizados critérios de definição do espaço rural, dos quais os mais básicos passam pelo uso de variáveis como o número de habitantes, a densidade populacional, a concentração de edifícios e o sector de actividade predominante. Os limites, em cada variável, para definir o que separa espaços rurais de urbanos, diferenciam-se no tempo e no espaço, ajustando-se às realidades e ao que se pretende. Foi diferente nos anos 50 e 60 do século passado em relação ao que é hoje, assim como é diferente na Dinamarca, no Japão e em Portugal, por exemplo. Há mais de dez anos, foi adoptado pelo nosso Ministério do Planeamento que os concelhos urbanos seriam aqueles que tinham um centro urbano com mais de dez mil habitantes e/ou com menos de dez por cento da população activa no sector primário e uma densidade populacional superior a 100 hab./Km². Assim, cerca de três quartos seriam rurais. Porém, sendo a delimitação de territórios rurais bastante mais exigente que o método expedito utilizado nessa altura, em 1999 (INE/DGOTDU - *Indicadores Urbanos do Continente*) foi usado o nível da freguesia para obter territórios minimamente homogéneos, tal como já vinha sendo feito – embora de outro modo – por especialistas das ciências agrárias, por exemplo. Surgem assim as “freguesias rurais”, que tanto podemos assimilar às correspondentes à classificação utilizada de “Áreas Predominantemente Rurais” (com densidade populacional inferior a 100 hab./Km² ou que não integram lugares

“desde há muito se implantou a situação de ‘um pé cá, um pé lá’, onde a identidade mantida e o sentido de pertença leva a viagens à terra, à participação em eventos de promoção e valorização da mesma, o aumento das acessibilidades até facilita, desde que as novas gerações estejam/sejam envolvidas”

com pelo menos dois mil habitantes e desde que não façam parte de sedes de concelho, sendo metade do total) como à junção destas com as classificadas como “Medianamente Urbanas”, o que perfaz mais de três quartos das freguesias, mas menos de um terço da população do país. As “freguesias rurais” consideradas para o programa LEADER representam agora mais que esta junção e foram apuradas com base em critérios mais complexos, flexíveis e participados. A proposta de Programa de Desenvolvimento Rural para 2007-2013 também usa critérios mais adaptados às necessidades.

O projecto de Programa de Desenvolvimento Rural, para 2007-2013, acaba de ser colocado em discussão pública. Concordam com a nova definição das fronteiras da ruralidade? Quais vão ser as consequências imediatas para territórios anteriormente rurais?

Aquilo que se observa no projecto como “delimitação da ruralidade” só por conveniência pode ser visto como tal. Mas é esse o caso: a representação mostra sobretudo a implantação dos centros e eixos de crescimento urbano consolidado, afirmando a litoralização industrial-terciária do país e alguns poucos enclaves urbanos como excepção, pelo que “a ruralidade” está colocada como “resto indiferenciável”, seja Lezíria do Tejo ou serras e planaltos, por exemplo. Não houve ainda tempo de incidir nos pormenores do Programa, mas esperemos que a falta de uma representação das tipologias do rural se fique pela delimitação inicial... Fora este aspecto, não seremos nós que devemos discordar destas fronteiras, pois a elas preside uma racionalidade técnica e política de conjunto, pelo menos naquilo que à primeira vista ressalta: se as compararmos com os limites do rural abrangido pelos territórios LEADER+, vemos que é sobretudo no litoral que a abrangência deste programa se vê diminuída. Na Região de Lisboa, deixa de se de poder contar com a Pensínsula de Setúbal como rural, embora saibamos que esta contém campos peri-urbanos e tecido rural / rurbano com carências específicas. Outros territórios LEADER “perdem para o urbano”, em especial no centro litoral e no Oeste. As consequências imediatas parecem vir a ser bastante localizadas e merecem análises caso a caso, que deverão incluir sempre formas participadas de planeamento para compensação e superação dos inconvenientes. Iniciativas articuladas no âmbito dos processos da Agenda 21 Local podem ser formas de “dar a volta por cima” face a uma ou outra alegável perda de protecção inerente à anterior “inclusão no rural” – que até era “sinónimo de exclusão”, segundo alguns.

Com a multiplicação das acessibilidades, e da consequente redução da “distância-tempo” entre espaços rurais e urbanos será que se estão a combater “desequilíbrios territoriais” ou a fomentar “terras de ninguém”?

Nesta questão há duas ideias-chave que merecem alguma reflexão de partida e que dizem respeito a “desequilíbrios territoriais” e a “terras de ninguém”: no primeiro caso, o que importa são as diferenças de oportunidades para as populações habitantes, no sentido de residentes, não questões de “igualdade” dos espaços, à partida com potencialidades desiguais; no segundo, importa ter presente que a antiga ocupação de certas áreas, hoje claramente marginais, foi fruto da acumulação de uma população que se multiplicava (por manutenção de níveis elevados de natalidade e forte redução da mortalidade) e a que não se abriam os caminhos da emigração, para a América e para a Europa, como antes, sobretudo nos anos 30 e 40 do passado século, pelo que lhe restava apenas criar condições de produção de bens alimentares para autoconsumo e espaços de sobrevivência em limiares de pobreza a que importa não voltar. A “terra de ninguém” pode então ser vista como o retorno ao despovoamento de base económica que precedera a difusão da fronteira das áreas dos cultivos em contextos de excesso de população face aos recursos naturais e técnicos disponíveis. Nesta perspectiva, será até importante “ousar o deserto”, como diria Jacques Lévy, mas gerindo cuidadosamente a transição na medida em que nela estão envolvidas pessoas sem outras alternativas de espaços de vida, porque idosas, com poucos recursos e sem capacidades psicológicas de inserção noutros meios e noutros destinos. As novas acessibilidades e mobilidades, e as novas tecnologias, nomeadamente os telefones sem fios e a Internet, alimentam muitas ideologias neo-rurais algo românticas que encaram estes espaços como ideais para habitar: mas a dispersão e as distâncias têm custos elevados, só comportáveis por orçamentos familiares bem “nutridos”, não pelo cidadão comum;



Alvaro Rosendo

sem esquecer que o homem normal, o homem comum, é um ser social, que necessita e valoriza a presença, ou pelo menos a proximidade, de outros homens – o horror ao vazio é um facto! Mesmo o turismo em espaço rural ou natural, difuso e pouco denso, pressupõe espaços habitados em permanência, espaços seguros, logo espaços apropriados, vigiados e cuidados.

Com estas ressalvas, pensamos que ambas as situações se propiciam – redução de desequilíbrios e “vazios”. Onde desde há muito se implantou a situação de “um pé cá, um pé lá”, onde a identidade mantida e o sentido de pertença leva a viagens à terra, à participação em eventos de promoção e valorização da mesma, o aumento das acessibilidades até facilita, desde que as novas gerações estejam/ sejam envolvidas. Onde o processo de despovoamento não ultrapassou limiares de não-retorno, várias iniciativas são possíveis para contrariar o potencial esvaziamento. Mas há sempre um tecido intersticial que só favorece uma presença humana em usos temporários, ocasionais e sazonais.

Abrem-se (auto-)estradas, fecham-se escolas e hospitais, constroem-se parques industriais e projectam-se resorts turísticos... Tudo isto deriva de uma estratégia concertada para o desenvolvimento do mundo rural ou, antes pelo contrário, impera uma certa indefinição, que está na origem de medidas dispersas, por vezes, mesmo contraditórias, adivinhando-se o carácter residual atribuído ao desenvolvimento rural a nível nacional?

Na sequência do que já falámos, e no caso em questão, não tem sentido separar o mundo rural do urbano, não só porque as fronteiras são permeáveis e instáveis como também porque são os centros urbanos, de diferentes dimensões e capacidades funcionais, que estruturam e servem os espaços rurais, pela concentração de funções ao serviço das populações urbanas e das regiões por eles polarizados. Na base dos factos que aponta estão estratégias de ordenamento e funcionalidade dos espaços, a que não são indiferentes o encurtar das distâncias-tempo, as economias de escala, os níveis técnicos e os graus de sociabilidade, aplicáveis tanto no ensino como na saúde. No caso dos parques industriais, estes associam-se a aglomerações de alguma importância e centralidade e destinam-se sobretudo à instalação de unidades do secundário e do comércio e serviços que se dispersavam pela malha urbana, com incomodidades várias, tendo este aspecto muito mais peso do que o da atracção de novas empresas industriais. Os resorts turísticos são outra coisa: a criação de uma oferta de turismo residencial para populações abastadas dos países nórdicos, em busca do «sol de Inverno», que é também do Outono e da Primavera, em ambientes infra-estruturados, equipados, organizados, servidos, humanizados, acolhedores, seguros, hospitaleiros e com culturas algo familiares, sempre no mundo ocidental. O contexto é o de enriquecimento e envelhecimento das classes médias dos países do Norte, como a Irlanda, o Reino Unido, a Noruega ou a Suécia, o do encurtar das distâncias-custo, sobretudo com as viagens *low-cost*, alargando a área das suas residências secundárias, depois das residências de férias, e por fim das duplas residências, mas a que se oferecem aliás muitos outros destinos concorrenciais e bem equipados da bacia do Mediterrâneo, e mais além, por exemplo no nordeste brasileiro, sem Inverno nem dias curtos e frios, sempre com espaços abertos, naturais no sentido de verdes, e com campos de golfe, o desporto da sua preferência. Esperemos que não se trate apenas de estratégias apressadas de mudança dos usos do solo, em parte irreversíveis, das maiores unidades fundiárias, num contexto pouco favorável à sua conversão em unidades de agricultura moderna, viáveis e competitivas, mas que não deixa de ser apenas um contexto num mundo cada vez mais global e em que se afirmam novas procuras alimentares, embora também novas ofertas, reais e potenciais.

continua >>

<< continuação

Pensamos que há vários níveis de concertação, mas praticamente todos são centrados em interesses urbanos de natureza diversa. Como sabemos, o programa LEADER abriu uma brecha de excepção nessa lógica, ainda assim com muitas limitações. Como o domínio de iniciativa pública/estatal tem vindo a perder algum peso, mantendo sobretudo a sua função social onde é indispensável e apelando à crescente responsabilização da iniciativa privada, que tem uma presença algo dispersa, por vezes até mesmo atomizada, pensamos que a realidade dominante pende mais para o segundo termo da questão colocada, infelizmente para quem gostaria de ter maior representação do rural diversificado no processo de desenvolvimento.

No livro *As regiões de fronteira – Inovação e Desenvolvimento na perspectiva do Mercado Único Europeu*, Carminda Cavaco diz que “as fronteiras podem ser limite, barreira e linha de separação política, mas também zona de contacto, encontro e de possível e desejável cooperação, conjugando interesses, esforços e estratégias de desenvolvimento e integração”. Estas considerações podem ser aplicadas às fronteiras entre o país rural e o país urbano?

Como metáfora que traduza um princípio, pensamos que sim. Trata-se de promover a permeabilidade, interacção, negociação, fertilização cruzada de tradição e inovação, reciprocidade de produções e consumos. Mas para isso têm de continuar a existir mediadores qualificados, actores e agentes institucionais que saibam interpretar as forças e fraquezas, oportunidades e ameaças do lado mais desfavorecido e facilitar a iniciativa informada para dar sustentabilidade à interacção e continuidade ao processo de integração. Saindo dos limites da metáfora, deixa de haver paralelismo entre os dois tipos de “fronteira”, por razões já apontadas.

As mobilidades e acessibilidades entre o Interior e o Litoral devem continuar a ser desenvolvidas sob o plano horizontal? Não se deveriam promover também mobilidades e acessibilidades inter e intra-regionais?

A dimensão “inter” e “intra-regional” surge como inevitável – e implicaria compromissos mais enraizados se o país fosse regionalizado, como a Espanha. Segundo alguns modelos, isso até é simultaneamente causa e efeito de um desenvolvimento regional mais orgânico, significando também maior desenvolvimento (inter)local. Porém, na nossa realidade, os responsáveis sentem que não podem investir em infra-estruturas rodo-ferroviárias muito para além dos chamados eixos estruturantes de uma “nova regionalidade” – a do país como região à escala europeia. Claro que a sustentabilidade localmente sustentada obriga a qualificar internamente o território, passando pela promoção de mobilidades e acessibilidades internas, para fazer com que as baixas densidades demográficas não sejam tão baixas em termos relacionais, sociais e económicos. Mas essa valorização tem de contar com soluções integradas, em que as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) têm também um papel fundamental a desempenhar.



Alvaro Rosendo

“Mesmo num país considerado ‘desenvolvido’, como a Suécia, não se deixará de falar em desenvolvimento, aplicado às suas condições sociais, económicas e territoriais concretas”

A palavra-chave para definir as ligações rural-urbano deveria ser interactividade ou complementaridade?

Havendo diferentes tipos de rural, há diferentes vias, “portas” e “fechaduras”, fazendo pensar que será difícil ter apenas uma palavra-chave como apropriada. Mas a complementaridade pode ser mais relevante onde se identificam maiores contrastes produtivos rural-urbano e a interactividade ser mais natural onde o processo de rurbanização mais dilui/atenua as diferenças urbano-rural. No entanto, em muito do rural profundo e desvitalizado, têm menor aplicação ambos os conceitos, pela pequenez da vertente rural do complemento e da (inter)actividade. Resta muitas vezes o controverso cumprimento da função social/territorial de garantir cuidados aos mais idosos, em alternativa a fazê-lo na cidade, onde até há, potencialmente, melhores condições para o efeito. Isto leva a pensar se se trata de complementaridade ou “suplementaridade”.

Quando a globalização obriga a competitividade, inovação e empreendedorismo, quais deveriam ser as “novas funções para o espaço rural”?

Nestas condições, deveriam ser aquelas que os actores públicos e privados conseguissem sustentar, num estimulado repensar das já existentes, mas também de outras de natureza diferente, de modo a dar resposta às necessidades sociais, económicas e territoriais, não só às que se detectam no presente mas também às que se perspectivam, de modo participado e com compromissos. Funcionando o mercado (de produtos, capitais e factores, incluindo o trabalho), este tem de ser encarado com realismo pelos analistas, políticos e outros actores, para que os instrumentos de planeamento possam induzir dinâmicas duráveis e para que seja viável um ordenamento territorial que compatibilize os usos do solo com as funções sociais e económicas necessárias. Naturalmente, será sempre preciso um terciário de apoio, de (re)estruturação e incentivo a actividades (primárias, transformadoras e outras de comércio e serviços), mas estas são muito diversas, de acordo com as funções existentes e características dos habitantes e visitantes de cada espaço rural concreto, como atrás demos a entender. Naturalmente, competitividade, inovação e empreendedorismo não são apenas desafios para a economia de mercado, mas para toda a economia plural do meio rural e do meio urbano de influência, que inclui a economia pública, a social, a solidária, a ambiental.

Em 1999 Carminda Cavaco coordenava o seminário “Desenvolvimento Rural: desafio e utopia”, hoje estamos mais próximos de vencer o desafio do desenvolvimento rural ou continuamos a ter fé num “estado ideal”?

De acordo com a acepção que utilizamos do termo “desenvolvimento” (rural, urbano, social, territorial, económico, etc.), este corresponde a um processo, nunca a um “estado”, nunca a uma situação que se atinja. É sempre “desafio e utopia”, simultaneamente, ou seja, estímulo/provocação e algo que não tem (ainda) lugar. Será o “desdobramento das possibilidades criadoras inerentes a uma sociedade”, citação de memória de Drewnowski ou de John Friedmann. Mesmo num país considerado “desenvolvido”, como a Suécia, não se deixará de falar em desenvolvimento, aplicado às suas condições sociais, económicas e territoriais concretas. Mas esse processo implica crenças, “fé”, credo em princípios e em promessas, para que haja adesão e cumprimento de quotas-partes de responsabilidade em desígnios socialmente assumidos, que são tanto mais exigentes e complexos quanto maior o grau de desenvolvimento atingido. Com aquilo que tem sido feito, não sabemos se “estamos mais próximos de vencer o desafio do desenvolvimento rural”, mas podemos perguntar-nos se estaremos pior – em termos de melhoria das oportunidades de acesso da população rural à sua valorização, em termos relativos – do que estávamos em meados ou no último quartel século passado.

Entrevista elaborada por **Maria do Rosário Aranha** e respondida por escrito por **Carminda Cavaco** e **Luís Moreno**

O futuro passa pela união

Lisboa. Rua da Fé, n.º 23. O edifício de traça antiga, com azulejos a envolver as janelas e embelezar as paredes, alberga a Casa da Comarca de Arganil desde há longos anos. No primeiro piso, o magnífico salão, outrora palco das grandiosas festas promovidas pelas inúmeras colectividades do concelho ali sediadas, aguarda tranquilamente o maior evento do ano: o almoço comemorativo do aniversário da Casa da Comarca de Arganil, fundada a oito de Dezembro de 1929, então como Grémio Regionalista da Comarca de Arganil. Um grande acontecimento que reunia em Lisboa os arganilenses ligados ao movimento regionalista e onde se convivia, discursava e trocavam ideias, vontades e dedicações à causa.

Hoje ainda assim é. Este ano, por ocasião do 77º aniversário da Casa da Comarca de Arganil, cerca de 100 pessoas compareceram ao almoço convívio para cumprir mais uma meta do regionalismo. Uma prática, mais do que uma teoria, alheia a quaisquer conotações de natureza ideológica e de âmbito político, orientada para o bem-estar das populações que fez história entre as gentes da Beira Serra.

Um movimento social, natural e espontâneo, hoje um pouco arrefecido, que surge como resposta para os enormes problemas que as populações enfrentavam no seu quotidiano, há 50 ou 70 anos, e que levou ao seu êxodo, primeiro para o Brasil, depois em direcção em Lisboa, já no início do século XX.

Num quadro de grandes carências de natureza social e económica, e face à inoperância dos poderes públicos, as pessoas começam a unir-se para colmatar esta ou aquela necessidade específica (um chafariz, um caminho ou estrada, uma ponte...). Começam assim a surgir as comissões, ligas e uniões de melhoramentos das aldeias; colectividades que vão dominar o movimento regionalista ao longo de todo o século XX.

A Casa da Comarca de Arganil (concelhos de Arganil, Góis e Pampilhosa da Serra) viria a ter uma extraordinária influência no desenvolvimento daqueles concelhos, abrindo caminho não só para as pequenas instituições que foram surgindo em representação de aldeias e freguesias mas também a fundação das casas concelhias (regionais). Só do concelho de Arganil chegaram a ser 60 as colectividades regionalistas que, mediante o pagamento de uma pequena quota, ali tinham a sua sede e realizam as suas assembleias, encontros e festas. Em 1954, tendo já os pampilhosenses e os goienses fundado as suas casas regionais, a Casa da Comarca de Arganil passa a representar praticamente apenas o concelho de Arganil. Dada a notoriedade e prestígio já alcançados, e uma vez que algumas pessoas e colectividades dos concelhos de Góis e Pampilhosa da Serra continuaram a ser seus associados, o nome é mantido. Com o passar dos anos, à medida que a água canalizada, a electricidade, as estradas alcatroadas e o telefone vão chegando às aldeias, estas colectividades começam a voltar-se para outro tipo de actividades, aliando a sua função social e recreativa à cultura e desporto.

Casas regionais adaptam-se às novas realidades

Por um lado, graças ao novo rumo político do país, começa a haver mais atenção por parte dos poderes públicos, por outro, os municípios adquirem uma força e poder que antes não tinham, deixando de haver tanta necessidade de serem as colectividades a insistir e sobrepor-se ao Estado.

Embora vindo lenta e progressivamente a perder a sua força, o forte sentimento de ligação à terra que deu vida a estas instituições de carácter regionalista perdurou até aos nossos dias.

À semelhança das outras casas regionais existentes em Lisboa – cerca de 50 –, a Casa da Comarca de Arganil tem consciência que o modelo do passado está gasto e ultrapassado. Mas, apesar das dificuldades, financeiras sobretudo, devido à progressiva redução do número de sócios activos, acredita ainda fazer sentido num concelho ainda com tantos problemas para resolver.

O modelo será outro, certamente, mas hoje, como antes, a Casa da Comarca de Arganil poderá desempenhar um papel importante na realização de infra-estruturas indispensáveis ao desenvolvimento económico, social e cultural do concelho de Arganil, desta feita, apoiada pelas juntas de freguesia e câmaras municipais. O modelo e o rumo para o futuro passa pela união. Parcerias orientadas para as necessidades actuais que permitirão às casas regionais

participar activamente em projectos de desenvolvimento nos concelhos que representam, contribuindo ao mesmo tempo para o enriquecimento cultural e humano da cidade de Lisboa. “Só assim se conseguirá que esta Casa e outras tenham vida”, afirma Carlos Manuel Luís, há 25 anos nos corpos directivos da Casa da Comarca de Arganil.

Para além do apoio incondicional da Câmara Municipal de Arganil, a Casa da Comarca de Arganil congratula-se com a atenção e disponibilidade prestadas pela Adiber - Associação de Desenvolvimento da Beira Serra que graças aos programas LEADER II e LEADER+ tem apoiado alguns projectos no concelho muito queridos à Casa e seus sócios, como a Casa dos Pardieiros, em Arganil.

A própria Câmara Municipal de Lisboa está atenta a esta realidade tendo criado recentemente o Gabinete de Apoio às Colectividades e Casas Regionais do Município de Lisboa (Despacho n.º 151/P/2006, de 06.02.2006).

Ao mesmo tempo que reconhece o papel das casas regionais na promoção e divulgação das terras que representam, assegurando a continuidade de usos e costumes, e na vida da cidade, promovendo a prática desportiva, actividades recreativas e culturais, a autarquia mostra-se ciente da necessidade de implementação de estratégias comuns com as colectividades, com vista à promoção de uma maior coesão social e ao estreitamento dos laços entre as suas terras e a cidade de Lisboa.

O presidente da Casa da Comarca de Arganil, António Francisco, não podia estar mais de acordo. Natural de Sorgaça (freguesia de Pomares), está na Direcção da Casa há 16 anos. Actualmente reformado do ramo hoteleiro, onde sempre exerceu actividade profissional desde que veio para Lisboa, em 1954, com apenas 19 anos, António Francisco admite ser difícil voltar de vez para a terra, mas não há Verão que não lá vá, para matar saudades, dos amigos, da família mas também dos ares serranos. Tendo começado cedo a sentir entusiasmo pelo movimento regionalista, associando-se desde logo à comissão de melhoramentos da sua aldeia, António Francisco tem procurado apoiar sempre as actividades em que a Casa tem participado, como as feiras de artesanato, e do Rancho Folclórico dos Povos da Ribeira de Celavisa, ali sediado.

A redução do número de sócios activos e a manutenção da sede são as maiores preocupações do presidente da Casa da Comarca de Arganil. Segundo António Francisco, a receita proveniente das quotas dos sócios (actualmente, 70 colectividades e cerca de 400 em nome individual) mais o aluguer de parte do edifício apenas dá para sustentar financeiramente a Casa. Cada vez que é necessário fazer obras no prédio é uma dor de cabeça. Longe vai o tempo em que o salão de festas se enchia de gente por uma boa causa.

Também Carlos Manuel Luís, vice-presidente da Casa da Comarca de Arganil, recorda com saudade essa época, em que as pessoas comemoravam os seus aniversários e outras datas festivas na Casa, convivendo com os conterrâneos. “Hoje é mais difícil; os jovens não sentem a necessidade que nós sentíamos”, desabafa. Por isso, regozija-se por o seu filho participar activamente no rancho folclórico da terra (Celavisa), de que é presidente desde que foi fundado em 1981, e que vai animando a Casa. O que aconteceu no passado dia 8 de Dezembro, no almoço comemorativo do 77º aniversário da Casa da Comarca de Arganil. Uma das actividades a que toda a Direcção dá especial atenção, e que se quer ver a acontecer por muitos mais anos, (re)afirmando o papel das casas regionais no reforço dos laços entre o rural e o urbano e vice-versa.

Paula Matos dos Santos



Casa dos Pardieiros (Arganil) / Adiber

O rural da Beira Serra



Abordo três questões: o entendimento de “rural”, a sua relação com o espaço e as economias que o suportam¹. Considero-as pertinentes no equacionar das medidas de desenvolvimento rural. Terei como campo de observação a área de intervenção da Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra (Adiber)², inserida na unidade territorial do Pinhal Interior Norte (PIN)

O conceito de *rural* fixado é assimilado à *população rural* e esta é entendida como o conjunto dos residentes “isolados” e em “lugares com menos de 2.000 habitantes”. Tal significa que numa circunscrição geográfica – o concelho é a unidade base de referência – pode existir população rural e

urbana. É isso que acontece na Beira Serra: Góis e Tábua são concelhos exclusivamente rurais, mas Arganil e Oliveira do Hospital integram população rural e urbana. Na Beira Serra (tal como no PIN) perto de 90 por cento da população residente é rural (45% no continente).

Sublinho, em complemento da noção de rural, que o espaço “*não se confunde com a população rural. O espaço é apenas a superfície onde esta se dispersa*” (F. Baptista, 2006).

No decurso das duas décadas pós – 1981 a Beira Serra perdeu cerca de dez por cento dos residentes, mas o declínio da população rural duplicou aquela cifra.

A agricultura (e silvicultura) reduziu de forma relevante o seu significado na economia da zona: 20 por cento em 1990, menos de cinco por cento na actualidade; o sector dos serviços representa agora 55 por cento (45% em 1990). A população com vivência em explorações agrícolas era no início dos anos 2000 cerca de 50 por cento da registada dez anos antes; no mesmo período o ‘abandono’ de terras agricultadas foi na Beira Serra mais de duas vezes superior à média do continente.

Se ao conceito de rural associarmos as variáveis *densidade rural* e actividade económica da *população rural* podemos apreender os grandes “modelos de relação” do rural com o espaço³. A Beira Serra, tal como o Pinhal Interior Norte, cabe no modelo de *rural de média densidade assente na indústria e serviços*. Mas esta perspectiva global mascara a realidade no seio da zona: é nítido o contraste entre os concelhos de Góis (com um modelo de *rural de baixa densidade*) e Arganil, por um lado, e Oliveira do Hospital e Tábua, por outro. Se o aspecto da diversidade mesmo numa pequena zona não pode ser ignorado no perspectivar o desenvolvimento, destacam-se aqui tão só os traços genéricos. E o destaque relevante é que, num rural com quase 60 por cento de “inactivos”, o emprego encontra-se, de forma determinante, nos sectores secundário e terciário (85%). O emprego nas “actividades territoriais”⁴ situa-se na média do continente (13%). Este indicador expressa bem a dissociação da população rural do território.

Diante o peso dos “inactivos” não admira que as economias da população rural da Beira Serra tenham nas transferências (monetárias e não monetárias) – sobretudo nas pensões/reformas e nas ajudas familiares – a âncora decisiva: mais de 60 por cento da população rural com mais de 15 anos tem nelas o “principal meio de vida”. Acresce que a presença de “quadros” se cifra em nível inferior (menos de 2% dos “grupos socioeconómicos” do rural da Beira Serra) ao do Pinhal e do Continente ($\geq 3\%$). No tocante à mobilidade da população ligada à Beira Serra, fixo dois indica-

dores: dos rurais activos, 75 por cento trabalham no concelho de residência – o que é, pelo emprego, uma taxa de mobilidade menor face à média do Pinhal e do Continente ($< 70\%$); também o aumento do número de alojamentos de uso sazonal (secundário), entre 1991 e 2001, foi bem inferior ($\geq 50\%$) ao assinalado no Pinhal ($\geq 70\%$) e na média do continente ($\geq 140\%$).

Perante este *rural* que vias de envolvimento dos agentes (presentes e com deslocações periódicas “à terra”) na aplicação de medidas de desenvolvimento rural? Anotei o reduzido peso económico actual da agricultura, assim como o baixo significado das “actividades territoriais” em termos de emprego da população. Vale agora reter que apenas cerca de 50 por cento da superfície territorial da Beira Serra ($\geq 40\%$ no Continente) tem como uso primacial a produção de bens lenhosos e agrícolas – com supremacia clara para a superfície florestal – numa óptica de valorização económica das transacções efectuadas. Por conseguinte, restam cerca de 50.000 ha (de *outras áreas*) cujas *funções* se enquadram, sobretudo, sob o epíteto da “conservação da natureza”, associada a actividades de recreio e lazer, e na problemática mais genérica da “gestão e ordenamento do território”. Desta problemática não se exclui, evidentemente, aquela componente territorial ‘produtiva’; mas, saliento que é, em especial, nestas *outras áreas* que, no imediato, emergem duas questões relevantes para as políticas públicas. A primeira, que tem subjacente a afectação dos apoios financeiros por parte do Estado, respeita à dicotomia entre os espaços de preservação estrita de bens públicos – a justificarem o recurso aos “dinheiros” públicos – e os que sustentam “conservação da natureza” e produção de bens e serviços mercantis. A segunda, que constitui a pedra angular do “ordenamento do território”, remete para a “questão fundiária” e os direitos de propriedade. Que fórmulas jurídicas *outras* de exploração/empresa se podem incentivar para - criando emprego, rompendo com a crescente dissociação do rural com o espaço e cerzindo o rural com o urbano - a gestão mais eficiente (económica e equitativa) dos espaços rurais? Que impulso para tal poderá advir das medidas do próximo Programa de Desenvolvimento Rural?

É que o “desafio que o mundo rural lança hoje ao mundo urbano” passa pela “*adopção de uma nova perspectiva de intervenção territorial (...) baseada na criação de redes de articulação espacial, onde configurações e elementos urbanos, rurais e naturais se integrem em estruturas territoriais de complementaridade em que, a par de eventuais motivações de carácter estético-paisagístico, comandem funções de sustentabilidade ambiental e económica que sejam uma resposta de qualidade superior às diferentes necessidades ditas pelas expectativas das populações*” (J. Gil Nave, 2003).

J. Cabral Rolo
Investigador na EAN/INIAP

¹ As ideias e interrogações aqui expressas resultam em grande medida dos resultados do projecto Agro *Dinâmicas Socioeconómicas dos Espaços Rurais do Continente Português*, projecto coordenado pelo Prof. Fernando O. Baptista e que integrou equipas das instituições: DEASR/Instituto Superior de Agronomia, DEESA/EAN/Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas e ANIMAR. Para além dos documentos que integram o relatório final daquele projecto, cf. Fernando O. Baptista (2006), “O Rural depois da Agricultura” in M.^a Lucinda Fonseca (coord.), *Desenvolvimento e Território: Espaços Rurais Pós-Agrícolas e Novos Lugares de Turismo e Lazer. Homenagem à Professora Doutora Carminda Cavaco*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, pp. 85-105; J. Cabral Rolo (2006), *Rendimentos: terra e valores acrescentados das actividades agro-rurais – quantificações e dinâmicas espaciais*. Oeiras: EAN/INIAP.

² O Pinhal Interior Norte corresponde à respectiva NUT III e a Beira Serra ao subconjunto de concelhos: Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua.

³ Em abordagem ao nível do Continente, com o concelho como unidade de base, estabeleceram-se quatro modelos de relação do rural com o espaço: o de *baixa densidade rural* (< 30 hab. - *população rural* - por km² de área rural) em contraponto ao urbano (> 100 hab./km²), e entre estes dois pólos os modelos de *média densidade*; por um lado, aquele onde a agricultura, ainda tem expressão em termos de emprego ($> 10\%$) designou-se por *rural agrícola*; por outro, o *rural de média densidade* que tem como suporte do emprego a *indústria e serviços*.

⁴ “Actividades territoriais”: agricultura e silvicultura, indústrias extractivas e alojamento e restauração (indicador de actividade turística).



Território acidentado e de acessos difíceis, a Beira Serra é marcada pela beleza paisagística de tonalidades verdes e recursos aquíferos abundantes. Floresta e turismo são apontados como principais recursos de potencial económico.

Arganil, Góis, Oliveira do Hospital e Tábua. Quatro concelhos da NUT III – Pinhal Interior Norte, divididos por 59 freguesias, com uma superfície de 1.030,2 km², compõem a zona de intervenção da Adiber - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra.

Localizada no Interior Centro de Portugal, a região situa-se entre os sistemas montanhosos da Serra da Estrela, Lousã e Caramulo. Revestida de floresta, é ainda atravessada por inúmeros ribeiros e regatos que procuram os rios Alva, Ceira, Alvôco, Mondego e Zêzere.

Ao nível do clima, a proximidade relativa do Atlântico, sem barreiras que bloqueiem o ar húmido, conjugada com a existência de uma área montanhosa de baixas temperaturas, resulta em chuvas e névoas frequentes. As amplitudes térmicas são grandes, variando as temperaturas médias entre 18,2 a 21.4°C nos meses de Junho a Setembro, e 6,9 a 7,6°C nos meses de Dezembro a Fevereiro.

Apesar de terem sido melhoradas as condições de acesso e comunicação, o território pode ainda queixar-se de que as grandes vias nacionais continuam a passar ao lado da Beira Serra. São os casos de IP3, IP5 ou IC12. Mas o problema verifica-se também a nível interno, com as deficientes “ligações inter-municipais”. Miguel Ventura, coordenador do Grupo de Acção Local da Adiber, destaca a ligação entre Arganil e Góis, com a “N342 em péssimas condições”.

O território apresenta um grau de ruralidade de 88,5 por cento, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), relativos aos Censos de 2001. Valor que corresponde a uma redução deste índice em relação a 1991 (95,6%). Em contrapartida, e segundo os mesmos dados, o grau de urbanização do território é nulo.

Ao nível da população, segundo dados do Anuário Estatístico de 2004, do INE, o território tem 52.146 habitantes. Número que corresponde a uma densidade demográfica de 50,6 hab./km² e que se traduz num decréscimo de 1.052 habitantes em relação aos dados dos Censos de 2001.

Numa análise aos quatro concelhos, baseada no período entre os dois últimos censos, verifica-se que Góis é o mais atingido pela quebra populacional, com um decréscimo de 9,5 por cento. Pelo contrário, Oliveira do Hospital (-2,1%) e Tábua (-2,2%) são os menos atingidos, ficando Tábua (-3,8%) numa posição intermédia.

Quando se detalha os dados das variações populacionais, em função das classes de idade, o fenómeno agrava-se entre os mais jovens. No segmento de população de “0-14 anos”, o concelho de Góis atinge um acentuado decréscimo de 31 por cento em relação a 1991. Não distante, encontra-se Tábua (-22,3%) e Arganil e Oliveira do Hospital (ambos com -17,9%). Valores que deixam transparecer o preocupante decréscimo de população jovem.

Em contraste, o índice de envelhecimento tem aumentado, atingindo em 2004 o valor mais alto de sempre, com 169,7 por cento. O segmento populacional de “65 ou mais anos” apresenta uma tendência de crescimento nos concelhos de Oliveira do Hospital (9,7%), Arganil (5,8%) e Tábua (4,3%), que obedece à tendência comum no Pinhal Interior Norte (9,5%). Mas Góis contraria esta tendência, registando uma quebra de -0,3 por cento, reflexo da acentuada diminuição da população.

Em 2004, o índice de dependência total cifrava-se nos 61,4 por cento, o que corresponde a uma redução em relação ao valor de 64 por cento, registado em 2001.

A propensão para o decréscimo e envelhecimento da população suscita a preocupação da Adiber. De acordo com Miguel Ventura, “é preciso cortarmos este ciclo vicioso”. Para o efeito, é essencial a “criação de emprego, sobretudo para o público feminino”.

Segundo dados dos Censos de 2001, a taxa de desemprego do território estava nos 5,3 por cento. Tábua era o concelho mais atingido, com 6,7 por cento, seguindo-se Góis (5,5%), Arganil (4,9%) e Oliveira do Hospital (4,6%).

Em termos de actividade económica, o sector primário é o que se encontra em maior recessão. De acordo com os Censos 2001, o sector ocupa 9,5 por cento da população, valor bastante abaixo dos 18,6 por cento de 1991. O sector secundário continua a ser o que ocupa maior percentagem de população (45,4%), apesar da descida verificada no período entre Censos (46,5%, em 1991). Confecções, madeira e cerâmicas são as principais actividades neste sector que, de acordo com Miguel Ventura, tem em Arganil e, sobretudo, Oliveira do Hospital os concelhos mais desenvolvidos. Por fim, o sector terciário registou a subida mais acentuada entre os dois Censos,

passando de 34,9 por cento para 45,1 por cento. Percentagem que surge sustentada nas 2.956 empresas deste sector sediadas na região.

No capítulo da educação e formação, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital vem colmatar uma lacuna no território. Este ano deu-se a saída dos primeiros 20 licenciados, dos quais 18 encontraram emprego na região. Em complemento, o território beneficia ainda da presença da Escola Profissional de Oliveira do Hospital, que possui pólos em Tábua e Arganil, e o Centro de Formação Profissional do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) de Arganil.

Apesar do investimento no sector da educação, em 2001, a taxa de analfabetismo do Pinhal Interior Norte continuava bastante alta, com 13,1 por cento. Os 17,6 por cento de analfabetismo em Arganil ou os 13 por cento em Tábua ajudam a explicar este número, numa região em que o concelho com menor taxa de analfabetismo é Oliveira do Hospital (12,3%).

Em termos de nível de ensino, somente 4,7 por cento da população do território atingiu o ensino superior.

Turismo e floresta

De acordo com o coordenador da Adiber, turismo e floresta são as “duas grandes áreas em que o desenvolvimento económico pode e deve assentar”. Com elevado valor patrimonial, a floresta é beneficiada pelas condições climáticas que favorecem o aparecimento de espécies como o carvalho, medronheiro, loureiro ou castanheiro, além das explorações de pinheiro e eucalipto. Ainda segundo Miguel Ventura, a “floresta pode ser um sector estratégico para criar emprego e desenvolvimento económico”. De acordo com um estudo realizado pela Adiber, o concelho de Góis tem potencial de “emprego verde” para a criação de 450 postos de trabalho.

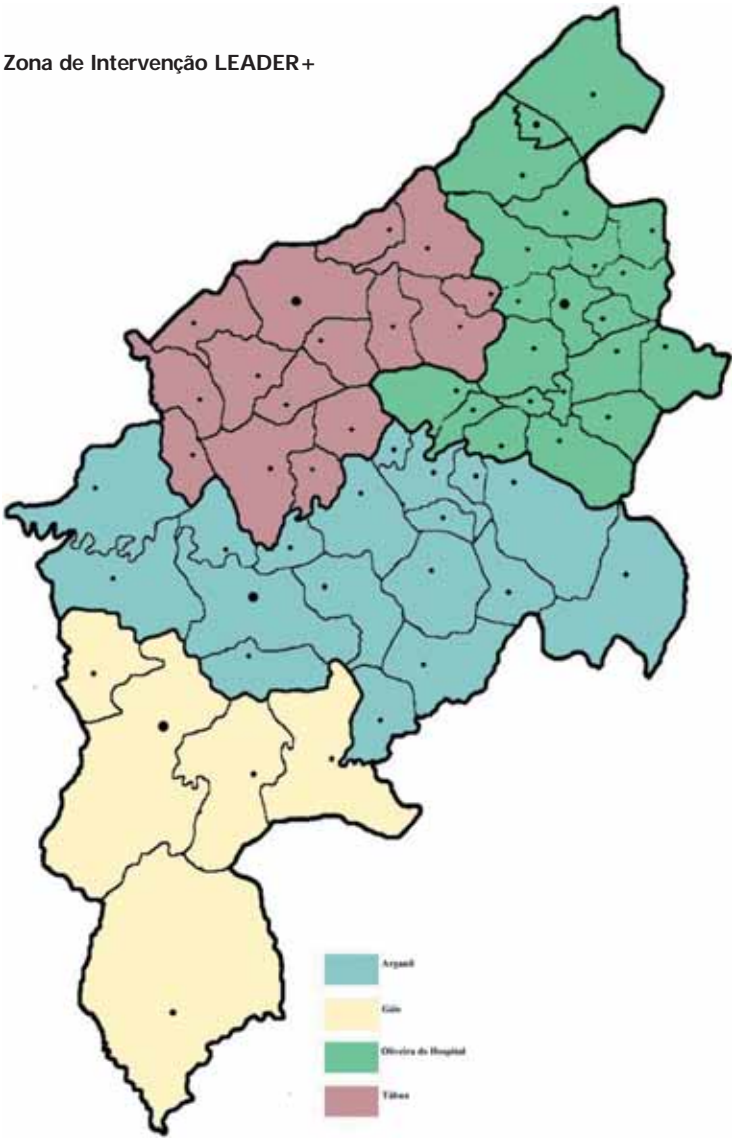
Ao nível do turismo, dos quatro concelhos da zona de intervenção, três (Arganil, Góis e Tábua) integram-se na Região de Turismo do Centro, enquanto Oliveira do Hospital pertence à Região de Turismo da Serra da Estrela. Com o relevo acidentado de tonalidades verdes e entrecortado de rios e ribeiras, o território é marcado pela existência de paisagens vincadamente naturais, por vezes exuberantes, outras mais agrestes. A riqueza paisagística é uma das principais potencialidades do território. Cenários como a Fraga da Pena, Penedos de Góis, perto das aldeias da Pena e Povorais, ou Praia Fluvial do Colmeal são disso exemplo.

Mas o potencial atractivo não se limita à natureza. A região guarda um vasto património construído, nomeadamente de carácter religioso. Em Góis é possível encontrar a Igreja Matriz, as capelas do Castelo ou de S. Sebastião, a ponte sobre o Ceira ou a Fonte do Pombal. Ainda no concelho recomendam-se visitas a Pedra Letreira (Cabeçadas), Capela de Nossa Senhora da Candosa (Vila Nova do Ceira) e Ponte da Cabreira (Cadafaz).

Em Arganil, sobressaem a Capela de S. Pedro, Igreja Matriz, Igreja da Misericórdia, Mosteiro de Folques, Igreja Paroquial de Côja, e as capelas do Senhor da Agonia, Nossa Senhora de Mont’Alto ou Nossa Senhora da Esperança. À



Fraga da Pena (Arganil) / Paula Matos dos Santos



parte a aldeia do Piódão, integrada no Programa das Aldeias Históricas, atenção ainda para os Passos da Via Sacra, Fonte dos Amandos, Casa da Baronesa de Argamassa (Cerdeira), Ponte Romana de Mucela e Castro da Lomba do Canho (acampamento militar romano).

Igreja Matriz e Capela do Senhor dos Milagres destacam-se em Tábua, localidade marcada pelas antigas casas antigas (da família Caeiro da Mata, dos Milagres, ou da família Soares de Albergaria). No concelho, destaca-se a Igreja Matriz de Midões e o núcleo de casas antigas desta localidade (Casa da família Rosado, dos Soares de Albergaria, do Ribeirinho e Casa do Esporão). Por fim, em Oliveira do Hospital, distingue-se o património religioso, com a Igreja Matriz e as capelas dos Ferreiros, S. José ou Santa Ana. À parte este património temos o edifício dos Paços do Concelho, Chafariz e Fonte do Mergulho, Pelourinho, Casa da Família Lagos ou Solar da Família Vaz Patto. Além disso, é uma oportunidade única para conhecer vestígios de povoamentos romanos na Bobadela, ou as antas da Sobreda, da Arcainha, ou do Pinheiro dos Abraços.

Uma visita à Beira Serra não fica completa sem provar a gastronomia local. Arroz de miúdos à moda de Folques, sopa de castanha, bucho recheado à moda de Álvares de Góis, ou Chanfana de Góis, acompanhados do pão de milho e Queijo da Serra (Tábua) são boas possibilidades. Como sobremesa, a Tigelada das Beiras ou as filhós de mel.

João Limão



Piódão / Adiber

Adiber

Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra



Doze anos após a sua criação, a Adiber assume-se como o motor do desenvolvimento da Beira Serra. Em parceria com as entidades locais, como sublinha o coordenador da associação, Miguel Ventura, a Adiber tem conseguido pôr “na agenda pública alguns temas que estão na ordem do dia e se relacionam

com o futuro da região”. Como, por exemplo, o colóquio promovido pela associação em Junho sobre “Competitividade e Coesão”, com o objectivo de preparar o próximo quadro comunitário de apoio, e que juntou um significativo número de parceiros locais.

Para a Adiber, “o trabalho a desenvolver só terá consequência se efectuado de forma articulada e integrada entre todos os agentes que se encontram no terreno”. Assim se justifica que o Conselho de Parceiros da Beira Serra criado e dinamizado pela associação integre, actualmente, 83 entidades representativas dos vários sectores socioeconómicos e culturais da região, constituindo-se como um importante fórum de discussão sobre os problemas que afectam as populações. Uma postura de abertura ao exterior que se consubstancia na participação da associação em diversas redes formais e informais (locais, regionais e nacionais) como, por exemplo, nas redes sociais dos concelhos de Arganil, Góis e Tábua. Tendo por objectivo a dinamização de iniciativas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a Adiber tem centrado muito do seu trabalho ao nível da promoção da formação e do emprego. Mais do que uma aposta, trata-se de dar uma resposta às necessidades da própria região, com uma população envelhecida e vulnerável, justifica o coordenador da associação. Acreditada como enti-

dade formadora pelo IQF (Instituto para a Qualidade na Formação), a Adiber tem implementado diversas acções de formação recorrendo a programas como o Escolas-Oficina (IEFP) ou POEFDS (Programa Operacional Emprego Formação e Desenvolvimento Social), caso dos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA), através do Centro de Reconhecimento e Validação de Competências (CRVCC) de Arganil. A “Rede de Transporte Infantil na Beira Serra”, as empresas de inserção na área da limpeza florestal (Ecobrigadas) e conservação de aldeias (Ecoflorestal) e de jardinagem, “Trato® Bem do Ambiente”, em parceria com as Juntas de Freguesia, e “Montanhas de Oportunidades”, apoiado pela CIDM (Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres), são alguns dos projectos dinamizados pela Adiber, em prol da melhoria da qualidade de vida das populações da Beira Serra. O LEADER II e LEADER+ surgem como os programas mais fortes da Adiber. “Não apenas pelo volume financeiro mas por aquilo que têm permitido fazer”, numa perspectiva de complementar acções apoiadas por outros programas, justifica o coordenador da associação. Para exemplificar apresentam-se os projectos “Carta de Lazer da Beira Serra”, “Cabaz da Beira Serra”, “Beira Serra Artesanal” (estudo sobre os produtores/produtos da região), os cinco PI (Planos de Intervenção), Acção 7.1 da Medida AGRIS, em execução, e a recém-aprovada candidatura ao Programa Escolhas (ACIME - Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas).

Adiber
Bairro de São Paulo
3330-304 Góis
Telefone: 235 772538 | Fax: 235 778057
E-mail: adiber@oninet.pt | Site: www.adiber.web.pt

Órgãos sociais

Assembleia Geral: *Presidente* Maria Lucília Salgado Mexia Alves | *Vice-presidente* Carlos Alberto Carvalho Castanheira | *Secretária* Ermina Maria Alves Muro | **Direcção:** *Presidente* José Domingos de Ascensão Cabeças | *Secretária* Maria de Lurdes de Oliveira Castanheira | *Tesoureiro* José Albuquerque Moreira Ângelo | *Vogal* Luís Miguel de Figueiredo Silvestre | *Vogal* Maria Luisa Ferreira da Silva | **Conselho Fiscal:** *Presidente* Valentim Antunes Rosa | *Vogal* Luís Augusto Carvalho | *Vogal* Junta de Freguesia de Alvares

Associados

20 entidades de direito público (Juntas de Freguesia); 28 associados privados colectivos (associações e empresas); 145 associados individuais

Conselho de Parceiros da Beira Serra

Adiber; Editorial Moura Pinto; Cume - Ass. Juvenil; Centro Paroquial de Solidariedade Social Freg. Alvares; Adega Coop. Nogueira do Cravo; ANCOSE; Associação Produtores Florestais Tábua; Câmara Municipal (C. M.) Arganil; C. M. Góis; C. M. Oliveira do Hospital; C. M. Tábua; Juntas de Freguesia: Anseriz, Barril de Alva, Benfeita, Celavisa, Côja, Folques, Piódão, Pomares, S. Martinho da Cortiça, Secarias (Arganil); Alvares, Cadafz, Colmeal, Góis, V. N. Ceira (Góis); Alvôco das Várzeas, Ervedal da Beira, Lageosa, Lagares da Beira, Meruje, Penalva de Alva, S. Gião, S. Paio de Gramaços, Seixo da Beira, Travanca de Lagos, V. Franca da Beira, V. Pouca da Beira (Oliveira do Hospital); Azere, Candosa, Carapinha, Covas, Covelo, Espariz, Meda de Mouros, Mouronho, Pinheiro de Côja, Póvoa de Midões, S. João da Boavista, Sinde, Tábua, V. N. De Oliveirinha (Tábua); Serra do Açor - Ass. de Desenvolvimento Regional; Capribeiras - Ass. de Caprincultores das Beiras; Ass. Florestal do Concelho de Góis; Caule - Ass. Florestal da Beira Serra; Casa da Comarca de Arganil; IEFP (Arganil); Santa Casa da Misericórdia de Arganil; Santa Casa da Misericórdia de Góis; ARCIAL; Fundação Aurélio Amaro Diniz; Ass. de Juventude de Góis; OH séc. XXI - Ass. Cultural e Multimédia de Oliveira do Hospital; AMMA; TEXCEIRA; INFINITUM; GALTOPOR; ARGANILOTEL; VUMBA; EXTRAZEL; CCRC; Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor (ICN); DGFV (Coimbra - Arganil); Coord. Concelhia de Extensão Educativa e Ensino Recorrente do Conc. de Góis; DRABL; Dir. Reg. Educação Centro; Instituto Segurança Social; Região de Turismo do Centro; Delegação Reg. da Cultura do Centro; Instituto do Desporto de Portugal; IDARC

PDL LEADER+ Melhorar a qualidade de vida nas zonas rurais

Melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais. A abrangência do tema levou a Adiber a adoptá-lo no seu Plano de Desenvolvimento Local (PDL) LEADER+. Segundo o coordenador do GAL (Grupo de Acção Local), Miguel Ventura, o tema permite trabalhar as áreas nas quais a associação tem apostado desde o LEADER II: produtos locais, recursos naturais e culturais e novas tecnologias. Em qualquer uma, a Adiber tem vindo a apoiar e promover projectos promotores de bem-estar económico e social das populações da Beira Serra. “Sabemos que não vamos acabar com o problema [êxodo] mas podemos minimizá-lo, apoiando e promovendo actividades para as pessoas se fixarem”.

A criação de novos empregos ligados não só a actividades tradicionais mas também a sectores inovadores que possam satisfazer as novas necessidades das populações, promovendo a sua fixação na região, é o objectivo geral do PDL LEADER+ da Adiber. Quando não há pessoas, não há

emprego; não há emprego, não há pessoas. “É preciso cortar este ciclo vicioso, dando lugar a um ciclo virtuoso; ou seja, transformar os recursos naturais em potencialidades, produtos”, explica o coordenador do GAL.

Até 12 de Dezembro de 2006, a Adiber aprovou no âmbito do Vector 1 (Desenvolvimento Rural) 61 projectos na Medida 1 (Investimentos) e 15 na Medida 2 (Acções Imateriais), num total global de investimento aprovado de 3.227.650.49 euros. Os projectos contemplam investimentos em infra-estruturas de interesse histórico, turístico, desportivo e cultural, a modernização e diversificação das actividades agrícola, florestal e pecuária, a criação e modernização de unidades de produção artesanal, a valorização de produtos locais de qualidade e acções de promoção e animação da região. No Vector 2, a associação regista, até à mesma data, cinco projectos de cooperação interterritorial e dois de cooperação transnacional, num total global de investimento aprovado de 196.146.88 euros.

Textos de Paula Matos dos Santos

Equipa Técnica do GAL



Miguel Ventura
Coordenador

Miguel Ventura está na Adiber desde 1996, acumulando as funções de coordenador da equipa técnica do GAL e da associação. A oportunidade surge em boa hora, quando Miguel Ventura, com uma licenciatura em Economia (Universidade de Coimbra) e alguma experiência profissional, já se tinha decidido pelo desenvolvimento local. Por ser uma área que gostava mas também para “poder contribuir para o desenvolvimento da minha região”. Hoje, congratula-se com o trabalho desenvolvido pela associação e que, na sua opinião, “tem deixado marca no território”. “A Adiber”, diz, “tem vindo a afirmar-se cada vez mais como um parceiro para o desenvolvimento do território”. Sublinhando que os projectos são desenvolvidos sempre numa lógica de integração e complementaridade, Miguel Ventura defende que o programa LEADER “trouxe uma abertura e disponibilidade que ajudaram a criar laços com as populações”. Miguel Ventura é natural de Arganil, onde actualmente reside.



José Francisco Rolo
Técnico

Licenciado em Sociologia (Universidade da Beira Interior), José Francisco Rolo “[parte] sempre de uma perspectiva sociológica das intervenções do LEADER e de outros programas”. No desenvolvimento local, “não há lugar para rotinas e mecânicas instaladas; devemos estar sempre a reinterpretar o território, as pessoas...”. O desenvolvimento local, acrescenta, “dá muito reconhecimento quando é bem feito, quando com a nossa acção onde havia um problema passou a haver uma coisa exemplar. Esse é o lado fantástico, que nos dá o suplemento de alma para continuar...”. Ainda que esteja fundamentalmente no LEADER desde que chegou à Adiber, em 1998, José Francisco Rolo tem vindo a acompanhar e participar noutros projectos, entre os quais, destaca, o “Montanhas de Oportunidades”. Em Oliveira do Hospital, onde tem morada, vive intensamente o associativismo na primeira pessoa, na associação juvenil que co-fundou.



Elvira Costa
Técnica

Na Adiber desde Abril de 1995, Elvira Costa é a mais antiga na “casa”. Concluído o bacharelato em Tecnologia das Indústrias Agro-alimentares, na Escola Superior Agrária de Santarém, regressa a Góis, de onde é natural. Determinada a começar a trabalhar o quanto antes, Elvira Costa elabora um conjunto de propostas (cruzando produtos locais, gastronomia e turismo) que faz questão de apresentar ao presidente da câmara municipal. Este, sendo também, o presidente da Adiber, leva-a para a associação. Desde então, Elvira Costa acompanha todos os projectos e actividades promovidos e/ou apoiados pela Adiber na área dos produtos, nomeadamente agro-alimentares. Confessando-se uma apaixonada pela matéria, Elvira Costa refere alguns exemplos: a Escola-Oficina de enchidos tradicionais e queijaria, o processo/pedido da IGP para o Cabrito da Serra do Açor e da Lousã, o “Cabaz da Beira Serra” e o estudo “Beira Serra Artesanal: do Potencial ao Produto”.



Carlos Gomes
Técnico

Natural da Lousã, onde reside, Carlos Gomes entra na Adiber em Janeiro de 1998. Desde então, acompanha administrativa e financeiramente todos os projectos e actividades da Adiber, e a própria associação. Confessando-se um fã do *winleader* (software do programa LEADER), “porque está lá tudo”, Carlos Gomes defende que não é só no LEADER que há cada vez mais exigência e rigor na componente financeira. “É a nível geral, em todos os programas, porque a legislação assim o obriga”. Ainda que seja o técnico que menos sai do gabinete, Carlos Gomes congratula-se com o trabalho desenvolvido pela Adiber e admite que para isso tem contribuído também o facto da associação ter uma equipa estável e bastante coesa.

Um fim-de-semana na Beira Serra

Pelos vales do Ceira e do Alva

Encravada entre montanhas, com vales marcados e uma intensa vegetação, não se pode dizer que a região seja de fácil acesso. Mas vale a pena desbravar os caminhos e embrenhar-se pela serra, molhar os pés nos seus regatos, embevecer-se com a paisagem, descobrir as suas povoações ancestrais e conviver com as suas gentes. As ofertas são diversificadas, o encantamento fácil.

Comece o seu fim-de-semana em Góis, vila de pergaminhos, atravesse o Ceira na graciosa ponte medieval e interne-se no casario. Dê uma saltada aos Paços do Concelho para contemplar os tectos de madeira, visite a Igreja Matriz onde pode apreciar o túmulo de D. Luís da Silveira, obra de Diogo Coutinho, Filipe Hodart e João de Ruão. Não lhe faltarão elementos arquitectónicos para contemplar mas sugiro-lhe que usufrua as margens do rio Ceira que lhe oferece um cuidado parque de lazer, praia fluvial e alguns bares de eleição, onde a conversa sussurra por entre o som das águas saltando nos açudes.

Poderá depois demandar Arganil ao longo da sinuosa estrada. Detenha-se pela vila o tempo necessário mas não deixe de subir ao Santuário de Montalto, local de devoção e simultaneamente um miradouro privilegiado para contemplar os vales e as montanhas circundantes, a perder de vista. Desça novamente em direcção a Folques e dê uma saltada ao Mosteiro. Com a saída dos monges no século XIX, passou a ser residência de uma família de referência em Arganil, estando actualmente ocupado por uma movimentada escola de formação profissional. Lá dentro poderá encontrar o testemunho destas vivências diversificadas dos últimos séculos, como um rico mobiliário, valiosa gravura antiga, uma cuidada e original biblioteca. Cá fora será fácil perceber todo o trabalho do antigo Mosteiro na rentabilização dos solos agrícolas e na cuidada condução da água para irrigação. Que ainda hoje dão os seus frutos mercê da ocupação agrícola que se mantém. Demande a seguir Côja, pendurada nas encostas de ambos os lados do rio e daí tome caminho para a Mata da Margaraça. Passará por Benfeita, povoação integrada nas chamadas Aldeias de Xisto e ainda por Pardieiros para chegar à Casa Grande da Mata da Margaraça, onde uma exposição cuidada o integrará no espaço a visitar. Relíquia da floresta primitiva portuguesa, a Mata é Reserva Natural classificada ainda como Reserva Biogenética do Conselho da Europa. Percorra os trilhos sinalizados, inebrie-se com os cheiros da vegetação, contemple a luz e as cores de uma floresta única. Quando retomar a estrada para regressar, não se esqueça de parar junto à Fraga da Pena, para contemplar as cascatas de água cristalina, por entre os fragedos. Não deixará de dar uma saltada ao Piódão, imagem de referência do interior serrano, com o seu casario de xisto alcandorado na encosta. De contactar aí com o artesanato regional e apreciar os genuínos produtos que conferem à gastronomia local uma qualidade invulgar. Mesmo que lamente o panorama desolador da paisagem devastada pelos últimos incêndios...

Siga depois em direcção a Avô, uma povoação ancestral como o nome sugere e onde poderá contemplar ainda as imponentes



Côja (Arganil) / Francisco Botelho

construções das suas casas senhoriais. Daí tome a direcção da Ponte das Três Entradas, uma curiosa construção sobre o Alva que se bifurca e permite três acessos, um local de invulgar beleza. Suba depois a Aldeia das Dez e perca-se nas suas ruas estreitas, com um casario cuidado e que vem sendo recuperado progressivamente ao longo dos últimos tempos. E já agora, porque não organizar-se para aqui fazer uma cuidada e abundante refeição ou até pernoitar no Hotel Rural João Brandão, um projecto cuidado de recuperação arquitectónica e de promoção dos valores, da cultura e da gastronomia local.

Abandone lentamente o vale do Alva e suba a encosta em direcção a Oliveira do Hospital, não sem antes se deter no Convento do Desagravo, um imóvel do século XVIII recentemente recuperado para a instalação de uma das mais modernas Pousadas de Portugal. Um local onde pode usufruir da paz e da tranquilidade aliadas ao mais requintado conforto. Oliveira do Hospital vai-lhe exigir tempo para poder contemplar os testemunhos de um rico património, inseridos num tecido urbano que se moderniza e com um significativo dinamismo industrial. Isto para lá de uma intensa actividade cultural e uma forte componente social. Não deixe de procurar Bobadela, uma localidade marcada pela presença romana e que hoje em dia é alvo de um cuidado trabalho de investigação arqueológica e de musealização. Para já poderá encontrar, ainda em fase de exploração, os vestígios de um anfiteatro romano, exemplar único a nível nacional e que, depois de tratado, passará a constituir-se como um dos locais de referência do mundo romano português. E ali mesmo junto à Igreja, imponente na dimensão, está o Arco romano que deveria ter integrado um antigo Fórum. Ao lado, um conjunto de colunas e de inscrições atraem a atenção de qualquer visitante para vestígios que remontam aos séculos I e II.

Muito próximo de todo este conjunto, num belo edifício do século XVIII, poderá visitar o Museu Municipal António Simões Saraiva, integrando colecções diversificadas que passam pela etnografia, pela escultura e por diversas curiosidades locais. Antes de deixar a região passe ainda pelo município de Tábua onde vai encontrar um riquíssimo conjunto de casas senhoriais, testemunho da riqueza agrícola e da importância social de outros tempos. Não perca a oportunidade de visitar a Capela da Senhora dos Milagres, setecentista e com uma invulgar planta octogonal. Estou certo de que um fim-de-semana como este o deixará entusiasmado. Despeça-se com uma promessa de regressar. À mesa, saboreando as delícias da gastronomia local, acompanhada por um vinho de eleição como é o vinho do Dão.

Francisco Botelho



Bobadela (Oliveira do Hospital) / Francisco Botelho

para dormir

- Bungalows do Parque de Campismo de Côja
Côja – Arganil
Tel. 235 729 666
- Hospedaria Trepadinha
Cortecega – Góis
Tel. 914 829 661
- Hotel Rural Quinta da Geia
Aldeia das Dez – Oliveira do Hospital
Tel. 238 670 010
- Casa Grande do Loureiro
Lugar do Loureiro – Tábua
Tel. 238 604 580

para comer

- Restaurante Mont’Alto
Mont’Alto – Arganil
Tel. 933 117 074
- Restaurante A Tranca da Barriga
Cabreira – Góis
Tel. 772 063
- Restaurante “Lagar Val dos Amores”
Ervedal da Beira
Tel. 238 644 069
- Restaurante “Gota d’Água”
Ronqueira – Tábua
Tel. 235 711 331

para visitar

- Arganil: Santuário do Mont’Alto; Aldeia Histórica do Piódão; Aldeia de Xisto da Benfeita; Mata da Margaraça (Área de Paisagem Protegida da Serra do Açôr); Barragem das Fronhas
- Góis: Aldeias do Xisto: Pena, Aigra Nova, Aigra Velha e Comareira; Igreja Matriz de Góis; Cerro da Candosa; Pedra Letreira; Vale do Ceira
- Oliveira do Hospital: Ruínas Romanas da Bobadela; Igreja Moçárabe de Lourosa; Antas do Seixo da Beira; Lage Grande de Meruge; Vales do Alva e do Alvôco
- Tábua: Capela de Nosso Senhor dos Milagres; Santa Eufémia; Património Arquitectónico de Midões; Albufeira da Barragem da Agueira; Pedra da Sé

para levar

- Cabaz da Beira Serra;
- Doces e Licores; Queijo Serra da Estrela DOP; Vinho do Dão Senhor das Almas DOC; Enchidos Tradicionais; Artesanato em Cobre; Broa de Milho
- Mel Serra da Lousã DOP; Casas Típicas de Xisto; Colheres de Pau; Cestaria em Castanho

Territórios peri-urbanos: um futuro promissor

O mundo rural português tem sofrido mudanças importantes nos últimos 20 anos, ligadas essencialmente aos processos europeus e mundiais de modernização da agricultura e às dificuldades de adaptação dos sistemas tradicionais. Estas mudanças conduziram, por um lado, a novas vagas de êxodo rural no Interior do país e, por outro, a fortes pressões de uso do solo nas zonas litorais.

As zonas peri-urbanas, como é o caso da Península de Setúbal, exposta à proximidade de centros urbanos, são submetidas a processos de transformação que se traduzem numa rápida e desordenada urbanização e conduzem a uma descaracterização do território. Consequentemente, a actividade agrícola sofre de dois tipos de problemas: a pressão fundiária, devido ao rápido aumento do preço das terras e a transformação das explorações agrícolas em zonas de construção; a redução das possibilidades de comercialização, causado pelo desenvolvimento da grande distribuição que se abastece a partir das zonas de grande produção intensiva, originando o desaparecimento dos mercados de proximidade dos produtos e serviços locais. Este duplo problema conduz a uma crise da agricultura nestas zonas: o número de agricultores encontra-se em forte diminuição e as terras agrícolas deixam de ser cultivadas e são abandonadas à espera de uma possibilidade de especulação imobiliária que geralmente ocorre desordenadamente.

O processo de “periurbanização” conduz a uma diluição das responsabilidades: ninguém é responsável e cada qual age em função do seu interesse, constituindo a forma mais aguda de “abordagem dissociativa” descrita no guia para a elaboração de indicadores da coesão social e territorial do Conselho de Europa. Por outro lado, existe uma forte procura de produtos e serviços rurais dos consumidores urbanos que residem nas zonas peri-urbanas. Procuram produtos locais de qualidade, espaços de lazer e recreio e actividades turísticas que associem as tradições locais à história da região. É neste contexto que reside o grande desafio dos territórios rurais próximos de zonas urbanas: encontrar dinâmicas e oportunidades de negócio que aumentem a interacção e a consolidação entre o rural e o urbano.

Face a estas ameaças e oportunidades surge a necessidade de implementar uma política de desenvolvimento rural que ofereça aos actores das zonas rurais em territórios peri-urbanos a possibilidade de se organizarem localmente e encontrarem novas formas de mobilização e valorização dos seus recursos e novas vias de revitalização social e económica. Os desafios da competitividade nas áreas rurais passam por uma nova estratégia de planeamento e abordagem territorial, o que implica uma participação e responsabilização activa de toda a comunidade, através da constituição de parcerias locais, e na definição de medidas e acções específicas nos e para os territórios.

Nos últimos anos, a Iniciativa Comunitária LEADER+ tem promovido na Península de Setúbal projectos que favorecem uma filosofia de participação, privilegiando medidas onde a inovação socioeconómica e socio-cultural surge como um *pivot* que conduz os actores locais à elaboração de estratégias de desenvolvimento integrado, assumindo por isso uma importância particular na transformação dos territórios rurais.

A abordagem desta iniciativa, que privilegia o enfoque no planeamento com base na competitividade dos territórios, incorpora de forma inovadora os aspectos económicos, ambientais, sociais e culturais nas suas acções. A Adrepe - Associação para o Desenvolvimento Rural da Penín-



Adrepe

sula de Setúbal, com mais de 150 projectos apoiados no âmbito do LEADER+, estimulou a cooperação entre várias entidades locais que somaram um conjunto de ensinamentos e práticas, que podem ser partilhadas e disseminadas com outras regiões.

Os Grupos de Acção Local (GAL) surgem como agentes essenciais nos processos de animação do território, promovendo parcerias e redes de cooperação que aumentam as competências locais e dinamizam a competitividade territorial.

Na Península de Setúbal, graças a iniciativas como o LEADER, foi possível apostar em novas formas de abordagem territorial que se afirmam numa relação de “autonomia *versus* responsabilidade” entre o sector público e privado, e os actores locais, organizados em parcerias de cooperação. Adoptando o princípio segundo o qual “o desenvolvimento é o aumento da capacidade dos indivíduos fazerem escolhas” (Dossier LEADER, 2000), pode afirmar-se que a iniciativa LEADER aponta caminhos promissores para o desenvolvimento desta capacidade, principalmente por introduzir a noção de co-responsabilidade. Os cidadãos deixam, assim, de ser meros objectos das políticas de desenvolvimento definidas pela autoridade central do Estado e passam a ser também agentes dos processos de transformação social. A mudança na forma de se entender o planeamento é essencial para que os processos de desenvolvimento sejam duradouros, principalmente, porque apostam no longo prazo e têm uma base muito bem definida. Toma em conta não só os aspectos físicos dos territórios, mas também os recursos cognitivos e sociais de uma determinada comunidade, não sendo esta analisada apenas através de meros dados estatísticos e segundo critérios, por vezes, mal adoptados.

O futuro dos territórios rurais nas zonas peri-urbanas apresenta um conjunto de possibilidades extremamente promissoras. O desafio de ordenamento e planeamento entre o rural e o urbano, o aproveitamento de oportunidades de negócio que conjuguem o interesse das populações urbanas e rurais através da multifuncionalidade da agricultura são caminhos que podem levar ao sucesso das zonas peri-urbanas. É necessário e urgente forjar novas formas de habitabilidade, sociabilidade, trabalho e consumo: mais equilibradas, solidárias e ecológicas, capazes de garantir um futuro sustentável aos territórios.

A resposta às várias solicitações passa pela constante necessidade do rural se reinventar, através de uma intervenção responsável e permanente das pessoas que habitam, vivem e usufruem do território.

Cláudia Bandeiras
Adrepe

O Oeste: uma região numa encruzilhada entre o rural e o urbano

Desde os anos setenta que Portugal vive um processo de recomposição territorial cuja maior evidência é o crescimento urbano e a regressão do espaço rural. Existem diversos factores explicativos deste fenómeno de onde se destaca claramente a regressão da actividade agrícola e, consequentemente, das dinâmicas económicas que lhe estão associadas. Com a entrada de Portugal na Comunidade Económica Europeia, mais se fez sentir este processo, uma vez que o sector agrícola não entrou no domínio de uma estratégia nacional passível de lhe conferir um estatuto central. Efectivamente, o passado histórico nacional ligado à agricultura e ao mundo rural foi relegado para um plano de subsistência e ajuda à manutenção e nunca para um plano de modernização e competitividade. Os poucos nichos produtivos que sobreviveram à entrada na actual União Europeia mais evidenciam o tempo perdido que este erro estratégico originou. No mundo rural, determinadas fileiras agrícolas são efectivamente competitivas e geradoras de riqueza para as regiões e, especificamente, para as populações que animam a maioria do território nacional. A região Oeste é uma síntese deste processo de recomposição territorial. Trata-se de um território cuja matriz agrícola é evidente. Segundo dados oficiais do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP) esta pequena região contribui com cerca de 25 por cento da produção nacional da fileira vitivinícola, 40 da fruticultura, 50 da horticultura, 40 da pecuária sem terra e 50 da produção de aves. De forma complementar existe uma actividade piscatória intensa com destaque para o porto de Peniche que contribui com 25 por cento da pesca nacional.

Partindo do pressuposto que existe uma ligação estreita entre mundo rural e agricultura, isto é, para haver mundo rural terá que existir agricultura, então podemos afirmar que esta região é claramente rural. Este é de resto um dos territórios rurais com maior dinamização agrícola da chamada produção organizada, onde a fileira da Pêra Rocha é talvez a mais emblemática.

Numa leitura macro demográfica regional, ilustrada na tabela seguinte mais podemos reforçar esta tese. Desta tabela podemos destacar o seguinte:

- mais de metade do território é rural (1.510,62 km²) e cerca de um terço da população (135.825) vive nesse território;
- apenas 11 freguesias são efectivamente urbanas, contemplando 82.799 habitantes;
- o indicador da taxa de população activa empregue no sector primário é ilustrativo da dependência económica desta região rural no sector agrícola, uma vez que mais de dez por cento pertence a este universo;
- a média ponderada da região (NUTS III Oeste) oculta estas realidades; por exemplo, a densidade demográfica regional de 161,65 é inferior uma vez retirada a população urbana e baixa para 121,58;



LeaderOeste

Ao analisarmos estes indicadores macro-demográficos podemos reflectir sobre as contingências e arbitrariedades que a nossa ideologia cultural nos incute, especialmente no âmbito da identidade. Se num passado relativamente recente éramos um país de pequenas realidades regionais, preso à ideia colonial saudosista dos períodos mais épicos da nossa história, hoje não passamos de um pequeno estado na Europa das Nações, inscrito num percurso que ninguém conhece verdadeiramente.

A Europa assume-se crescentemente dentro de uma panóplia de culturas e de diversidade. Os países mais desenvolvidos desta comunidade crescem e evoluem a partir da afirmação da sua identidade, cuja matriz está fundada nas raízes rurais de todas as regiões europeias. Mesmo a famosa e muito defendida globalização não faz mais do que reafirmar as diferenças culturais dos povos e reforçar novas autonomias geradoras de maior amplitude cultural.

A competitividade de uma Europa moderna está muito centrada na questão da mais-valia incorporada a partir da autenticidade cultural e identitária das regiões, onde o mundo rural é o principal repositório. O exemplo dos produtos de tradição é talvez o caso mais conhecido e ilustrativo deste universo.

Em Portugal, alguns de nós questionamos: porque será que temos vergonha de ser o que somos; portugueses e rurais? Efectivamente passamos de um estado rural para um estado peri-urbano em pouco tempo e como que fugindo das nossas raízes ligadas à terra. Talvez esta seja uma das razões explicativas de rotular o que é rural de urbano como se este sempre tivesse sido o que nunca foi e que dificilmente algum dia poderá ser.

José Coutinho
Coordenador do GAL
LeaderOeste

Comparativo da NUT III Oeste com base em diversos indicadores

NUTIII Oeste	Nº Freg. ZI L+	Nº Freguesias	Nº Concelhos	Área Km2 2003	Pop Res - Total Nº 2001	Densidade Popula- cional	Índice envelhecim (Censos) % 2001	População Activa - Total Nº 2001	Pop Emp - Agric, silvi e pesca Nº 2001	% Pop Emp - Agric, silvi e pesca Nº 2001	Mão-Obra Agrícola Perm Nº 1999
Total 150		76	11	1.510,62	135.825	89,91		61.555	7.301	11,86%	36.338
Total 200		97	12	1.880,23	200.148	106,45		92.145	10.371	11,26%	47.794
Total 250		106	12	2.015,05	230.628	114,45		106.378	11.631	10,93%	51.293
Total 300		110	12	2.105,05	255.932	121,58		119.128	12.353	10,37%	53.966
NUT III	58	121	12	2.214,77	338.711	161,65	122,42	161.345	14.018	10,05%	55.655
Pop. Urbana		11	0	109,72	82.779	754,46		42.217	1.665	3,94%	1.689

Aplicação da metodologia LEADER na Alta Estremadura: que futuro?

Inserida num mundo rural homogéneo, a zona de intervenção da ADAE - Associação de Desenvolvimento da Alta Estremadura tem o privilégio de ser brindada por uma apreciada heterogeneidade de recursos (agrícolas, florestais, marítimos), pelo que a sua intervenção na região, desde 1994, se tem pautado por uma especial atenção à ruralidade, sob a perspectiva da identidade, estímulo da criatividade, melhoria das condições de vida da população, do ambiente, da valorização agrária, da economia e do modo de vida dos territórios, trabalhando a vertente da solidariedade, apoiando as manifestações da população, e promovendo formas alternativas de rendimento.

Assim, é seu objectivo preparar o presente, animar o território, promover o desenvolvimento sustentado, entendendo o passado, reactivando as tradições e os hábitos que sustentam o desenvolvimento da Alta Estremadura, e preparando o futuro, sempre numa óptica de abordagem territorial ascendente e participada.

Inserida num meio onde o “casamento” entre o mundo rural e urbano é perfeito, há uma identidade e autenticidade da população e do desenvolvimento local que urge animar e preservar, assentando a tónica nas parcerias do território, sendo este um trunfo que urge aproveitar como base de sustentabilidade do mundo rural. Há pois um árduo trabalho que consiste em o mundo rural “conquistar” a cidade e o progresso, preservando as tradições e identidade que o sustentam.

Apesar de existirem na Alta Estremadura zonas em franca expansão e desenvolvimento, esta região debate-se com inúmeros problemas, quer de ruralidade, quer de integração social, quer ainda de pobreza, educação e formação, que a ADAE tenta contrariar através da sua intervenção.

No entanto, a ADAE vê agora posto em causa o reconhecimento da “ruralidade” do seu território na versão pública do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), onde se constata uma classificação dos territórios baseada em critérios pouco rigorosos, não traduzindo efectivamente a ruralidade dos territórios do país (o mapa apresentado apenas parece traduzir uma simples opção que serve para excluir territórios, onde são classificadas como áreas urbanas da Alta Estremadura, áreas com características clara, constatada e comprovadamente rurais). São exemplo desta situação as freguesias de Batalha e Golpilheira no concelho de Batalha. Freguesias de Bajouca, Bidoeira de Cima, Boa Vista, Caranguejeira, Carreira, Carvide, Coimbra, Colmeias, Cortes, Memória, Milagres, Monte Redondo, Ortigosa, Regueira de Pontes, Santa Eufémia e Souto da Carpalhosa, no concelho de Leiria, e a Freguesia de Vieira de Leiria, e da Moita no concelho de Marinha Grande. Verifica-se ainda que em territórios contíguos existem duas classificações diferenciadas de concelho para concelho.

A actuação da ADAE tem sido pautada pelas parcerias público-privadas, onde a metodologia LEADER é a base de cooperação, a alavanca para o desenvolvimento e interacção de diversas actividades e entidades locais. Numa abordagem transversal, com a permanente preocupação da aproximação do mundo rural ao mundo urbano, como forma das localidades mais dinâmicas “arrastarem” as menos dinâmicas, num esforço constante de eliminação das assimetrias e de manutenção das comunidades vivas com uma identidade própria, em prol da “Melhoria das condições de vida das populações”, a ADAE não pode aceitar esta posição, altamente penalizadora da Alta Estremadura, entendendo mesmo que esta iniciativa deve ser aplicada o mais possível nos diversos territórios e não reduzida apenas às zonas agora classificadas como rurais.

A ADAE considera fundamental dar continuidade às dinâmicas territoriais, base da actuação no âmbito dos PIC LEADER II e LEADER +, continuando a estratégia que tem vindo a implementar, de forma a apoiar as comunidades vivas, em prol da preservação dos produtos de qualidade, das artes, dos saberes, das tradições, do meio ambiente e ainda da actividade agrícola, que, frequentemente, reveste, na Alta Estremadura, um complemento ao rendimento familiar, a qual se situa, prioritariamente, nas zonas mais próximas das localidades.

Os estrangulamentos verificados na Alta Estremadura, essencialmente em zonas menos favorecidas (apesar de, no âmbito do PDR, estarem classificadas como urbanas), têm sido “responsáveis” pelo surgimento de um conjunto de iniciativas inovadoras, de enraizamento e afirmação da identidade, quer das pessoas, quer das colectividades, em torno da protecção do meio ambiente, do emprego, da educação, da formação, da qualificação, do trabalho, da democratização do desenvolvimento, da igualdade de oportunidades... a que importa dar continuidade.

Não é pois possível “fazer um corte” com o passado, decidindo pura e simplesmente que a metodologia LEADER já não pode ser aplicada a determinado território anteriormente contemplado, pondo em causa a continuidade de dinâmicas de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida das populações, efectivamente rurais. Veja-se o interior do concelho de Leiria e da Batalha e ainda, apesar de litoral, as freguesias de Vieira de Leiria e da Moita, onde têm surgido importantes dinâmicas de desenvolvimento. Factores decisivos para a melhoria das condições de vida das populações e de preservação dos saberes, das artes, dos produtos, das profissões, do meio ambiente, todos essenciais para o enraizamento e identidade da população, através do surgimento de projectos estruturantes.

É neste contexto que a ADAE defende que o “casamento entre o mundo rural e o mundo urbano” é essencial, assim como essencial é a necessidade de haver massa crítica para promover o investimento nas zonas rurais. Num território completamente desprovido de “capacidade de iniciativa”, não é possível haver investimento nem desenvolvimento, pelo que é fundamental compatibilizar as sinergias destes “dois mundos”, em prol do mundo rural apetecível da Alta Estremadura, onde ainda é absolutamente necessária uma árdua e assertiva intervenção, dando continuidade ao trabalho em curso.

Alcina Costa
ADAE



Parque de Lazer do Vale da Pedra, Freguesia Souto da Carpalhosa (Leiria) / ADAE

Critério de diferenciação rural: algumas considerações

A sociedade contemporânea tem presenciado a diversificação dos modos de consumo e das formas de trabalho que contribuem, em conjunto, para a reestruturação dos modos de vida das populações e, concretamente, das famílias. Assim, trabalho e consumo assumem implicações espaciais que transformam urbano e rural, diluindo as suas fronteiras, valorizando novas relações que estabelecem outras hierarquias, estruturando o espaço com base numa nova organização social.

Remy e Voyé (1994) diferenciam quatro tipos de situações espaciais a que associam diferentes formas de organização e relação, e as suas propostas são de interesse evidente quando se aborda a relação cidade/campo, urbano/rural (ou a dialéctica entre o urbanizado e o não urbanizado, como preferem os autores acima citados). Integra esta oposição um conjunto de estruturas variadas que vão da aldeia não urbanizada ao espaço rural em vias de urbanização, da cidade não urbanizada (situação que remete para as cidades do passado) à cidade em situação de intensa urbanização. As complexas relações entre o urbano e o rural conduzem à noção de campo urbano (áreas de influência/cidade-região). O poder de atracção de um centro sobre o espaço envolvente permite interpretar, de forma adequada, as relações que se estabelecem entre cidade e campo. Podem, de facto, definir-se graus de intensidade nos contactos com a cidade porque “alguns apenas aí se deslocam de tempos a tempos, uma vez por semana ao mercado, ou com menos frequência ainda. Outros consagram toda a sua existência a actividades de troca e comunicação; eles trabalham na cidade e participam muito mais intensamente na existência urbana e na sua animação” (Claval, 1981: 80). Na verdade, os lugares exercem diferentes pressões sobre os indivíduos e condicionam os seus comportamentos. As características espaciais determinantes do quotidiano das pessoas – densidade de construção, rede de comunicações, posição relativa, relações interpessoais – (resultado de um sem número de acções individuais ou de grupo) são importantes na forma como actuam, condicionando a maneira como se atribui significado às relações de produção e reprodução social. Na realidade, a relação não se coloca apenas entre urbano e rural, mas também, e com crescente importância, no seio do urbano e, especialmente, na transição para o rural (suburbano e rurano). Para além disto, e também por causa disto, “a ligação entre ambos torna-se mais flexível, de modo que habitar no campo já não significa necessariamente trabalhar na agricultura (...) e os citadinos que, em dado momento, vão habitar para o campo não se mantêm prioritariamente entre os que não têm responsabilidades na cidade e/ou que dela não tiram o máximo de vantagens” (Remy e Voyé, 1994: 17).

A delimitação entre urbano e rural envolve, pois, uma diversidade de situações que vão desde o urbano – espaço denso em construção, fluxos e relações –, até ao rural intermitente nos mesmos parâmetros, passando

por espaços de subúrbios residenciais, industriais, comerciais e de serviços; inclua-se ainda, aqui, a periurbanização crescente, sorvedoura de espaço não construído, ou a rurbanização de espaços, onde as relações com o urbano são também importantes.

A descontinuidade espacial entre a cidade e o campo, que em boa medida se estende até às primeiras décadas do século XX, suscitou diversas leituras centradas nesse antagonismo que, afinal, traduz uma dialéctica entre duas entidades distintas mas complementares.

Desde meados do século passado desenha-se um novo paradigma com base no *continuum* rural/urbano e na crescente dificuldade em estabelecer fronteiras e critérios de diferenciação entre ambos, que em grande parte decorre das novas relações e fluxos (população, actividades económicas, informação, etc.) entre os territórios, quando se cruzam o forte êxodo dos territórios rurais menos dinâmicos e atractivos, e o movimento urbano centrífugo em busca de novos territórios.

Nos últimos anos, alguns autores defendem que não estamos perante um *continuum* rural-urbano, mas sim em presença de vários *continuum* sobrepostos “em áreas com um fraco nível de urbanização e acessibilidade, mesmo os territórios que se encontram a uma curta distância da cidade podem ser territórios marginais/profundos. Esta situação é muito comum em regiões marginais, com fraca acessibilidade e onde a estrutura urbana se organiza em torno de um conjunto de pequenas e médias cidades com pouca influência regional”.

Quanto aos critérios de diferenciação rural/urbano, diversos trabalhos revelam a utilização de múltiplos indicadores privilegiados por investigadores ou organismos oficiais. Contudo, não existe uniformidade no que toca aos indicadores de diferenciação. Por isso, encontramos diferentes tipologias conforme as entidades e objectivos da investigação, embora os indicadores demográficos e económicos apareçam com mais frequência.

Como reconhece a OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (1994), as perspectivas e definições nacionais do termo rural reflectem uma realidade heterogénea, quer no que diz respeito à definição das unidades territoriais de base (utilizadas para definir as áreas rurais), quer em relação aos critérios utilizados para caracterizar essas unidades. No caso de Portugal, podemos referir ainda a “Tipologia de Áreas Urbanas” apresentada em 1999 pelo Instituto Nacional de Estatística (trabalho que foi desenvolvido em colaboração com a Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano). Na abertura da publicação, os autores não escondem as dificuldades de identificação territorial rural/urbano, que justificam segundo dois factores principais: os limites físicos das cidades tornaram-se de delimitação problemática, e a multiplicidade de perspectivas e conceitos sobre a organização do território.

Em síntese, os indicadores rurais, segundo os critérios mais frequentes como a importância numérica da população, densidade demográfica, peso da agricultura no emprego, de acordo com os níveis territoriais utilizados para a análise e classificação das áreas rurais, devem evidenciar a diversidade, as particularidades e as relações no mundo rural, e disponibilizar informação válida para o desenho de entidades (de geometria variável) relacionadas com as políticas de desenvolvimento.

Nesta perspectiva e tendo em atenção as forças globalizadoras, a valorização dos lugares, a capacidade de organização e de pressão revelada pelos movimentos sociais que se reclamam do “rural” e do “agrícola” os próprios impactos das políticas públicas, nacionais e macroregionais sobre os espaços rurais, reiteram a existência do rural, como espaço específico e como actor colectivo, numa interpretação onde é de todo pertinente inserir a maior parte do território das actuais associações de desenvolvimento local gestoras da Iniciativa LEADER+ em Portugal.

AD ELO

(adaptação de um trabalho mais vasto dos professores do Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Norberto Pinto dos Santos, Rui Gama, João Luís Fernandes e Paulo Carvalho)



AD ELO

Terras de Sousa – Terras Rurbanas



“Rurbano” é o termo definido pelo sociólogo Charles J. Galin como “o relativo a, pertencente a, ou relacionado com o espaço resultante do encontro entre a área rural e urbana”; ou seja, os espaços rurbanos caracterizam-se por apresentar tanto aspectos rurais quanto urbanos.

Nas Terras de Sousa o rural e o urbano convivem, encontrando-se algumas pequenas cidades, onde se realçam aspectos negativos – trânsito e falta de ordenamento, em detrimento dos aspectos positivos – serviços e cultura em quantidade e qualidade suficientes; que, entendo eu, por falta de público (com comportamento urbano que permita a instalação desses serviços na “região”). Por outro lado, temos o rural, mas disperso, com habitações dispostas ao longo das estradas, dando a falsa ideia de que há muita construção, escondendo toda a ruralidade e paisagem atrás de si, denotando-se aqui, mais uma vez, a falta de ordenamento.

A grande responsável por esta situação foi a capacidade empreendedora de uma população que não se conformou com a sua sorte e arriscou outras actividades, até então incipientes, ou seja, apostou na indústria, nomeadamente do calçado, mobiliário e vestuário. O que, aliado ao que começou por ser uma falta de noção de urbanismo e ordenamento do território, passando pela ineficácia de controlo das regras entretanto estabelecidas por parte das autarquias, que na ânsia de satisfazerem as necessidades da sua população, tudo permitiram, resultou no autêntico caos do povoamento existente, o que pode levar as pessoas a confundir as Terras de Sousa com uma zona urbana.

Assim, nas últimas décadas, os campos das Terras de Sousa passaram a sofrer a pressão imobiliária, quer para a construção de habitações dos “seus filhos” quer para a instalação de novas indústrias.

Mas enganam-se aqueles que julgam que uma das zonas com os terrenos agrícolas dos mais férteis de Portugal e com fortes tradições na produção agrícola esqueceu as suas origens. Na verdade a par com o surgimento do sector secundário, manteve-se pujante o sector primário, quer por aqueles que continuaram nessa actividade, quer por aqueles que encontrando uma nova forma de rendimento na indústria não esqueceram e mantêm aquela actividade complementarmente.

Para além da riqueza criada e da ocupação da mão-de-obra, o surgimento da indústria nas Terras de Sousa, provocou, no médio prazo, o abandono dos campos, pois os jovens não quiseram “repetir” o estilo de vida dos seus pais, trabalhadores de sol a sol. Quiseram “libertar-se” da conotação que o trabalho na lavoura passou a ter, ou seja, de menor “status”. Por outro lado, o “ingresso” dos jovens na indústria faz com que as Terras do Sousa continuem a ser uma das “regiões” do país com maiores taxas de analfabetismo e abandono escolar. A política do antigo regime aceitava facilmente esta situação por estar “enraizada” a “cultura de apoio à família”, que implicava primeiro o sustento da família e depois a educação. O aparecimento da indústria garante a ocupação dos jovens. O “êxodo rural” teve como aspecto positivo possibilitar a modernização da agricultura nas Terras de Sousa. Assim, tem o maior exportador e a maior adega cooperativa da região dos vinhos verdes, é uma das zonas de maior produção de kiwi, e, fruto de uma nova mentalidade dos agricultores, tem diversas actividades emergentes, quer de formas de produção, tais como, a produção biológica e a produção e protecção integrada ligadas principalmente à viticultura, quer de produtos, tais como, os pequenos frutos, as queijarias, o sumo de uva, entre outras. Por outro lado, verificamos que, fruto do trabalho das organizações locais, principalmente da Ader-Sousa – Associação de Desenvolvimento Rural das Terras de Sousa, assiste-se ao aparecimento de dois produtos IGP (Indicação Geográfica Protegida), que implicaram a formação de outras tantas associações de produtores, estando-se a trabalhar num terceiro produto, que também vai buscar o que é mais tradicional e original destas Terras, e que não se pode perder. Finalmente, as Terras de Sousa têm a maior associação florestal do País em número de associados, estando a trabalhar na constituição simultânea de cinco ZIF (Zonas de Intervenção Florestal) que incluirão a quase totalidade da floresta desta zona.

Outra actividade intimamente ligada ao mundo rural é o artesanato, verificando-se que, só no bordado, também ele agora certificado, encontramos mais de 900 artesãos em actividade (na sua grande maioria, à semelhança dos agricultores, também não registados), que conferem às Terras de Sousa outra forte característica rural.

A diversificação da actividade agrícola levou também ao surgimento de diversas unidades de alojamento turístico que, para além de permitirem a quem nos visita um contacto directo com a ruralidade desta região, são um complemento importante ao rendimentos das explorações agrícolas.

O valor patrimonial das Terras de Sousa, de onde se destaca a Rota do Românico, também é um indicador claro das suas origens rurais a integrar nas diversas actividades já referidas, como sejam os produtos locais alimentares, o alojamento turístico e o artesanato.

Finalmente, a paisagem das Terras de Sousa, apesar da falta de ordenamento, apresenta-se recheada de elementos rurais, inclusive aldeias que fazem parte de uma rede nacional e internacional, que espantam e deslumbram todos os visitantes à espera de ver uma “região industrial/urbana”.

Apesar da sua grande densidade populacional que a leva a ser considerada uma região rural intermédia, segundo a classificação da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) e das estatísticas, que não revelam a forte actividade e cultura rural que persiste, as Terras de Sousa são eminentemente rurais.

Por outro lado, se excluirmos as freguesias junto dos centros urbanos, as Terras de Sousa apresentam uma população activa na agricultura na ordem dos quatro por cento e uma população agrícola na ordem dos dez por cento, valores dentro das médias nacionais. Mesmo assim não são consideradas rurais, porque “Lisboa” considera que as zonas rurais devem ter mais de dez por cento da população activa na agricultura. Não deixa de ser curioso que a comunidade europeia tem como meta os quatro por cento de população activa em toda a Europa. As percentagens referidas não têm em conta que muita da agricultura é uma segunda actividade, com grande peso no rendimento familiar, e não contabilizada nas estatísticas. A estes dados há que acrescentar que as áreas agrícola e florestal das Terras de Sousa atingem 80 por cento da área total, que sobe para 97 por cento se não tivermos em conta as freguesias junto dos centros urbanos.

Uma região não pode ser classificada urbana só porque tem uma densidade superior a 150 habitantes/km², tem de se ter em atenção a cultura, hábitos, filosofia de vida. Serão realmente urbanos? Não, nas Terras de Sousa, os hábitos apesar de estarem a mudar, fruto principalmente da “pressão” da publicidade dos media, são essencialmente rurais e assim permanecerão, pois as origens estão cá... e são rurais.

Segundo Edgar Aparecido da Costa, “o desenvolvimento esteve sempre ligado ao sistema capitalista de produção como sinónimo de crescimento produtivo”. Mas, como nos propõe Amartya Sen, “se pensarmos o desenvolvimento como liberdade e sendo esta o fim e meio para se chegar àquele, o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente a sua condição de agente”. Ou seja, também segundo Sen, “o desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades das pessoas e, dessa forma, a liberdade pressupõe que as pessoas possam, na sua plenitude, desenvolver o seu papel de agente, como alguém capaz de agir como e provocar mudanças conforme os seus valores e objectivos”.

Só um instrumento como o LEADER, que não é um programa para apoiar financeiramente projectos locais, mas sim uma metodologia de trabalho, permite às populações locais, sejam elas mais ou menos rurais, definir e delinear uma estratégia para o futuro da sua região e, assim, serem agentes activos do seu desenvolvimento, não estando à espera que o “exterior” lhes diga o que devem ou não fazer.

Perspectiva-se que as Terras de Sousa vão deixar de poder continuar a desenvolver esse trabalho, pois foram classificadas como zona urbana, e assim as suas populações vão deixar de poder definir uma estratégia local de desenvolvimento rural e contar com os apoios atribuídos para a diversificação das actividades económicas no meio rural, o que certamente provocará um abandono de toda uma série de actividades e projectos em desenvolvimento. É a factura de uma “região” que não é suficientemente urbana para integrar uma área metropolitana com apoios próprios para o seu desenvolvimento, nem tão pouco é suficientemente rural (segundo as definições de alguns entendidos) para poder estabelecer o seu rumo e auferir dos apoios necessários e já definidos para esse tipo de zonas.

Para concluir, é de referir que será inglório para a Ader-Sousa deixar de poder realizar um trabalho, no qual se tem vindo a especializar e a ganhar experiência ao longo dos anos, tendo já chegado ao patamar, quase único em Portugal, da sua certificação, segundo a norma 2001:9000, que permite augurar um ainda melhor funcionamento no futuro próximo.

José Sousa Guedes

Cooperar em Português dá mais um passo na ExpoBrasil 2006

O projecto Cooperar em Português é uma iniciativa nascida no âmbito do Vector 2 – Apoio à Cooperação do Programa de Iniciativa Comunitária LEADER+, que perspectiva a criação de uma mentalidade para a cooperação com base numa estratégia de aproximação a países de expressão oficial portuguesa, através de uma abordagem conjunta de temas de interesse comum e da transferência de conhecimentos e práticas. Pretende-se que o Projecto se possa assumir, a curto prazo, como uma plataforma de reflexão e discussão no mundo que fala português, consolidando uma rede de pessoas e entidades com afinidades linguísticas e proximidades culturais que agem e interagem em torno do Desenvolvimento Local. É neste contexto que, anualmente, a ExpoBrasil, um enorme evento totalmente dedicado a esta temática nas suas diferentes metodologias, abordagens, vivências e experiências, se tem vindo a assumir como o espaço privilegiado para a construção comum do Projecto Cooperar em Português.

Entre 6 e 8 de Dezembro de 2006, em Salvador da Bahia, no Brasil e a convite das entidades organizadoras, RITS - Rede de Informações para o Terceiro Sector/Rede DLIS - Rede de Desenvolvimento, Local, Integrado e Sustentável, as quais representam a componente brasileira da parceria, esteve presente na ExpoBrasil 2006 - Desenvolvimento Local uma delegação de associações portuguesas em representação da componente portuguesa do projecto. Esta participação, reflectiu-se na presença de um *stand* institucional do Projecto no espaço de Feira; na programação do evento, através de realização de reuniões, comunicações e encontros paralelos de reflexão e negociação e, ainda, na organização e realização conjunta do II Fórum de Desenvolvimento Local em Língua Portuguesa. Pela sua importância e significado, este Fórum assumiu-se como o espaço e o momento de excelência desta participação. Nesta segunda edição, a lusofonia constitui-se como um conceito presente, tendo contado com a participação de actores provenientes de Portugal, Brasil, Cabo Verde, Guiné e Moçambique. De lamentar as ausências de São Tomé e Príncipe e de Angola impedidas à última hora de se deslocarem por questões logísticas.

Consolidada a ideia do Fórum de Desenvolvimento Local em Língua Portuguesa entre todos os participantes, cresceu a ideia de o vir a concretizar com autonomia, itinerando pelos diversos países de língua oficial portuguesa.



Dueceira

Mas a participação do projecto Cooperar em Português foi ainda marcante pela oportunidade de se apresentarem exemplos das intervenções levadas a cabo na Europa e alvo de muita curiosidade num painel de discussão de “novas institucionalidades” para o Desenvolvimento Local, em que os modelos da parceria “Grupo de Acção Local” e “Associação de Desenvolvimento Local” foram analisados e comparados com outros modelos em curso na América Latina e em África.

Na sequência desta deslocação e a convite da AMS - Associação de Municípios do Seridó e ADESE - Associação de Desenvolvimento do Seridó, a delegação portuguesa deslocou-se ao Estado do Rio Grande do Norte. A comitiva portuguesa começou por ser recebida pela Governadora do Estado e por três dos seus Secretários de Estado, num testemunho da importância atribuída a esta delegação. Wilma Faria, a Governadora do Rio Grande do Norte, fez questão de manifestar a disponibilidade do seu Governo em apoiar as acções que resultem deste intercâmbio, numa parceria que só poderá resultar em benefício das comunidades dos dois países.

Ao longo de dois intensos dias de trabalho, a Delegação percorreu os municípios do Seridó, inserido no semi-árido do Nordeste e território constituído por um biótipo único no mundo – a Caatinga. Foram visitadas diversas iniciativas nas áreas do artesanato, da transformação de produtos agrícolas, de exploração agrícola, de actividade industrial em áreas tão diversificadas como a reciclagem de plástico ou a confecção têxtil. O turismo, uma das prioridades da estratégia de desenvolvimento do Seridó, foi intensamente discutido no confronto das potencialidades apresentadas e das carências de infra-estruturas.

A visita ao Seridó foi encerrada com uma reunião nas instalações da ADESE, em Caicó, com a presença dos Prefeitos locais e de numerosas individualidades ligadas à actividade económica. Neste último encontro foram lançadas as linhas de intervenção futura que se podem resumir nos seguintes pontos: concretização de protocolos de geminação entre municípios portugueses e municípios do Seridó, com acento tónico no intercâmbio cultural, administrativo, social e desportivo; incentivo ao intercâmbio comercial e económico, com a possibilidade de utilização dos certames de promoção já existentes em ambos os países, bem como a possibilidade de avançar com entrepostos comerciais permanentes dos dois lados do Atlântico; acções de intercâmbio associativo nas áreas do artesanato e da intervenção cultural.

A forte vontade de dinamizar este intercâmbio, manifestada por todos os intervenientes portugueses e brasileiros, terá agora sequência numa visita de trabalho que fará deslocar autarcas e empresários do Seridó a Portugal no primeiro semestre de 2007. Uma nova etapa que consolidará os objectivos propostos pelo Projecto Cooperar em Português, transferindo-os para actores de comunidades concretas do Brasil e de Portugal. O site www.cooperaremportugues.org, produto do Projecto, surge como porta de acesso a estas iniciativas e ponto de contacto e informação. Daí o incentivo para que acompanhem o desenvolvimento de todos estes sonhos através da sua consulta frequente.

A composição portuguesa da parceria envolve 11 associações de desenvolvimento local: ADAE, ADD, ADDLAP, AD ELO, Adiber, Adices, Adl, Dueceira, LeaderSor, Pinhal Maior e Terras de Sicó.

Dueceira - Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça
Chefe-de-fila do Projecto Cooperar em Português



Beira Serra Artesanal: do potencial ao produto
Edição Adiber - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, 2006

Com o apoio do LEADER+ /Adiber

Beira Serra Artesanal: do potencial ao produto traduz-se num diagnóstico aprofundado dos pontos fortes e fracos, estrangulamentos e oportunidades da actividade artesanal desenvolvida na Beira Serra. Através da aplicação de um inquérito junto dos artesãos, complementado de registos fotográficos dos produtos, técnicas e materiais utilizados, foi possível fazer um inventário completo e caracterizador do sector. A partir daqui já é possível “fazer avançar em bases sólidas um plano de consultoria para a correcção das insuficiências detectadas; o reconhecimento, qualificação, dignificação e valorização das actividades artesanais; alimentar em bases sólidas os projectos de cooperação interterritorial, designadamente os que visam a criação de canais de comercialização de produtos locais; direccionar a intervenção para a criação de um “selo identificador” do artesanato produzido na região, envolver os parceiros regionais no sentido de definir uma estratégia concertada para a valorização e requalificação do artesanato local; ver criadas as condições à bem sucedida instrução de vários processos de reconhecimento do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal”.



Carta de Lazer da Beira Serra
Edição Adiber - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra, 2002

Com o apoio do LEADER II/Adiber

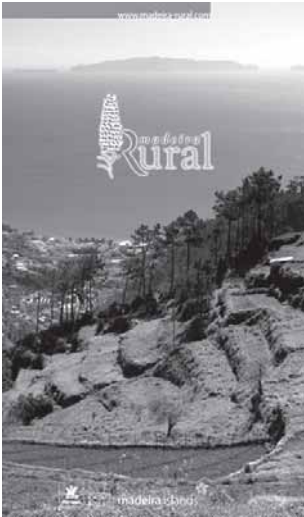
Consciente das potencialidades da Beira Serra - concelhos de Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Tábua -, a Adiber editou a *Carta de Lazer da Beira Serra*. A publicação, que não é mais do que a inventariação dos recursos existentes nestes concelhos (história, paisagem, património, modos de vida, produtos locais, artesanato, festas e romarias), chama a atenção para esta região como um destino para quem procura o lazer associado à tranquilidade. Editada num original formato de bolso (12,5 cm x 12,5 cm), a *Carta de Lazer da Beira Serra* deixa ainda o convite para um encontro com as gentes das aldeias e vilas de xisto, através de 37 percursos “Entre o Ceira e o Alva”. Passeios pedestres de curta, média e longa extensão, aconselháveis na Primavera ou Verão, que “dão a conhecer um pouco de toda a paisagem, desde os vales desenhados pelos rios, passando pelas áreas verdes que conservam a floresta autóctone, até chegar ao cimo das serras e montes”.



As alminhas do concelho de Tábua
Pedro Carlos Lopes de Miranda, Orlando José Carrasqueira Martins; Edição Paróquia de Midões, 2003

Com o apoio do LEADER+ /Adiber

Contribuir para a revalorização das “alminhas”, monumentos da fé do povo cristão, em que o concelho de Tábua é muito rico, chamando a atenção para o seu valor artístico e cultural, é o objectivo dos autores desta publicação, co-financiada pelo Programa LEADER+. Do leitor, os autores esperam “uma curiosidade disponível, de modo que venha a poder adoptar as atitudes de respeito que mais contribuirão para a defesa deste património”.



Guia Turístico da Madeira
Edição Associação de Turismo em Espaço Rural - Madeira Rural; 2006

Com o apoio do LEADER+ /Adrama - Associação de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira

Acreditar na presença em feiras temáticas que promovam o turismo em espaço rural, na promoção do site em motores de busca e investir na promoção interna e externa são as grandes apostas da Associação de Turismo em Espaço Rural – Madeira Rural. O lançamento de um guia regional para o turismo rural, para além de referenciar trinta e duas unidades de turismo rural, em todos os concelhos da Região, promove os dezoito percursos pedestres recomendados pela Direcção Regional de Florestas, bem com as aves e espécies naturais recomendados pelo Parque Natural da Madeira e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves.

www.rurban.eu



Rurban é a rede formada por três entidades promotoras de projectos Equal subordinados ao tema da criação de actividades em meio rural e peri-urbano. Constituída pelos projectos Sauge (França), Ideias (Portugal) e Road (Itália), esta rede permite a troca de experiências entre os diversos parceiros, em quatro áreas temáticas principais: representações e imagem da agricultura; emprego e formação; diversificação e novas funções da agricultura; e envolvimento dos actores locais. Algumas fichas de troca de experiências estão já disponíveis no site, nomeadamente correspondentes às subtemáticas de imagem e envolvimento dos actores locais.

Além da apresentação da rede Rurban, o site disponibiliza apresentações dos três projectos que integram a parceria. Em complemento existem secções de Notícias, Ligações e Publicações, bem como os contactos das entidades participantes nos projectos.

www.rural-urban.org



Rurban é o site do projecto de investigação “Construir novas relações em áreas rurais sob pressão urbana”, que teve o objectivo de ajudar os actores de áreas rurais a produzirem e disponibilizarem bens e serviços integrados na paisagem rural e assim conseguirem compensações financeiras através de novas relações com a sociedade urbana. O projecto resulta de uma parceria entre entidades de cinco países: Instituto de Investigação de Economia Agrícola (Holanda), Universidade de Helsínquia (Finlândia), universidades de Paris (França), Academia de Ciências Húngara e Universidade de Valência (Espanha), teve a duração de três anos, e decorreu entre 2002-2005. Com vista a identificar diferenças e similaridades, o projecto analisou experiências em duas áreas de estudo (área rural metropolitana e área rural turística) em cada país. No site é possível conhecer mais detalhadamente o projecto e os objectivos da investigação, sendo possível consultar imagens de bens e serviços (habitação, turismo e gastronomia), eixos de trabalho (com propostas e metodologias), informação sobre as áreas rurais dos cinco países e parceiros do projecto, além da possibilidade de fazer download de publicações sobre este tema. Por fim, oportunidade de aceder a informação sobre o encontro final do projecto, que teve lugar a 28 de Outubro de 2005, em Bruxelas.

www.adiber.web.pt



“Queremos um território vivo, criativo e empreendedor”. Esta é a mensagem da página de abertura do site da Adiber - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra. Entrando no site propriamente dito, o menu apresenta-se claro e inequívoco: Adiber, Território, LEADER+, Observatório, Iniciativas, Recite, Livro de Visita e Links são as possibilidades, consoante se pretenda conhecer melhor a associação, o território, o programa LEADER+ (o que é, a zona de intervenção da Adiber, Objectivos, Beneficiários, e exemplos de projectos realizados), o Observatório da Beira Serra (que reúne em plenário uma vez por ano todos os parceiros da região), ou ter acesso a informação sobre iniciativas promovidas pela Adiber ou publicações apoiadas pela associação, designadamente através do LEADER+).

Trans Serrano

Aventura na Beira Serra

Os imperativos da aventura e descoberta guiaram os passos de Paulo Silva em direcção a Góis. Uma opção de vida alimentada pela ideia de um negócio que se revelou bem sucedido: uma empresa de animação turística.



Paula Matos dos Santos



Trans Serrano

“Aventure-se. Descubra. Conheça.” Os prospectos de divulgação da Trans Serrano lançam o convite: deixar a cidade e partir à descoberta da região da Beira Serra, conhecer a sua cultura ou desenvolver actividades de desporto aventura. Itinerários de descoberta e oportunidades de quebrar a rotina.

A lógica é desafiante e tentadora, e quem a lança conhece bem estes passos. Há oito anos, Paulo Silva e a companheira decidiram deixar a tranquilidade rotineira de uma vida em Lisboa para se lançarem à aventura no Interior de Portugal. A ideia emergira alguns anos antes. Licenciado em Gestão, pela Universidade Autónoma de Lisboa, Paulo Silva trabalhava na área financeira, em contabilidade e administração em pequenas empresas, desde que terminara o 12º ano. Insatisfeito com a vida citadina e ocupação profissional começou a olhar com outros olhos o horizonte do Portugal rural.

Objectivo definido, faltava escolher o local. Góis, até aí um ponto quase desconhecido no mapa, convenceu-os durante uma viagem. “Gostámos muito”, relembra Paulo Silva. Em pouco tempo arrumaram as malas e partiram. Estávamos em 1998, e durante um curto período de estágio na Adiber - Associação de Desenvolvimento de Góis e da Beira Serra, apercebe-se de que “haveria a oportunidade de criar uma empresa”.

A aventura foi assumida com natural receio. “Embora tivesse alguma experiência de trabalho, nunca tinha gerido uma empresa”, confessa. O elemento impulsionador foi a primeira candidatura ao programa LEADER II. Um “apoio muito pequeno, mas obrigou-nos a avançar”, revela. Por isso, 1999 assiste ao nascimento da Trans Serrano - Formação e Serviços na Natureza, Lda.

Os primeiros tempos não são fáceis. “Não só não havia experiência como não havia mercado”. Entre várias dificuldades, Paulo Silva assume o “erro” de ter acreditado em demasia no turismo

local. A aposta revelou-se insuficiente para sustentar a empresa. “Depois, é que percebi claramente que esse não era o público-alvo”, explica.

A inversão de resultados acontece com a mudança de actuação. Começa a trabalhar com turismo sénior, que se tem revelado “um complemento importante”, ao mesmo tempo que promove a descentralização da actividade. Numa primeira fase, a Trans Serrano começa a actuar em concelhos vizinhos. Lousã, Arganil ou Penacova passam a acolher actividades. Mais tarde, segue-se a expansão por todo o território nacional e, mesmo, para Espanha. No entanto, “mais de 50 por cento é na região”. Em simultâneo, acontece uma forte aposta na promoção e divulgação das actividades da empresa, através da utilização da Internet e investimento em públicos além fronteiras, nomeadamente através de parcerias com agências holandesas e belgas.

Nove mil participantes em 2006

Na actualidade, as actividades dividem-se em três áreas importantes: escolas, desporto aventura e turismo sénior. O desporto aventura, que inclui actividades como canoagem, *canyoning*, caminhadas, *paintball*, BTT, escalada, rapel, slide, montanhismo ou passeios guiados de jipe, constitui o segmento principal e representa 50 por cento da facturação. Em crescimento acentuado encontra-se o turismo sénior, que atingiu 40 por cento dos rendimentos da empresa, através de actividades como a Rota do Azeite de Góis, Rota da Chanfana, ou Oficina do Queijo.

As mudanças produziram resultados. O crescimento da empresa é evidente. A partir de uma recente compilação de dados, com previsões até final do ano, Paulo Silva revela que “em princípio, este ano, vamos ter nove mil pessoas [participantes]”. Número que é motivo de

orgulho para a empresa mas que se reflecte também na região, onde recebem uma média de um grupo por semana, com cerca de “20 a 25 pessoas”. Miguel Ventura, coordenador do Grupo de Acção Local da Adiber, realça o “impacto da Trans Serrano na economia local”, nomeadamente na área de restauração.

O peso económico da empresa revela-se também no papel de entidade empregadora. “Chegámos a ter quatro pessoas a trabalhar”, adianta Paulo Silva. Na actualidade, são apenas dois, mas está prevista a inclusão de dois estagiários. No entanto, o impacto é mais notório ao nível dos colaboradores. Embora agora, na época baixa, a empresa não tenha mais de dez a 12 pessoas, na época alta o cenário é diferente. “No mês de Julho chegámos a ter 30 pessoas a trabalharem connosco”.

Para chegar a estes números, Paulo Silva salienta o apoio LEADER II, e, mais tarde, numa segunda candidatura ao LEADER+, para a aquisição de equipamento (canoas, bicicletas), que “coincidiu precisamente com a fase em que a gente queria crescer e precisávamos de equipamento”. Por fim, através do apoio do programa Aldeias de Xisto contemplou-se a aquisição de jipes, parede de escalada, material para escalada, rapel, slide ou *canyoning*.

Contas feitas, apesar das dificuldades iniciais, o balanço de ganhos e perdas na opção da ruralidade revela-se positivo. À “melhor qualidade de vida” junta-se, cada vez mais, o envolvimento em vários movimentos e associações de carácter cívico e ambiental. Uma participação assente nas “raízes” criadas, e no gosto pela terra.

João Limão

Trans Serrano
Bairro S. Paulo, 13
3330-304 Góis
geral@transserrano.com
www.transserrano.com

Ficha Técnica

Pessoas e Lugares

Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+

II Série | N.º 41 - 2006

Propriedade

INDE - Intercooperação e Desenvolvimento, CRL

Redacção

INDE
Av. Frei Miguel Contreiras, 54 - 3º
1700-213 Lisboa
Tel.: 21 843 58 70
Fax: 21 843 58 71
E-mail: pl@inde.pt

Mensário

Directora

Cristina Cavaco

Conselho Editorial

Cristina Cavaco/INDE, Francisco Botelho/INDE, José António Sousa Canha/IDRHa, Luís Chaves/Minha Terra, Maria do Rosário Serafim/IDRHa, Rui Veríssimo Batista/IDRHa

Redacção

Francisco Botelho, João Limão, Maria do Rosário Aranha, Paula Matos dos Santos

Colaboraram neste número

ADAE, AD ELO, Adiber, Adrepes, Alcina Costa (ADAE), Álvaro Rosendo, Cláudia Bandeiras (Adrepes), Dueceira, Eduarda Marques da Costa (CEG-UL), J. Cabral Rolo (EAN/INIAP), José António Canha (IDRHa), José Coutinho (LeaderOeste), José Sousa Guedes, LeaderOeste, Trans Serrano

Paginação

Diogo Lencastre (INDE), Marta Gafanha (INDE)

Impressão

Diário do Minho
Rua de Santa Margarida, n.º 4
4710-306 Braga

Impresso em Dezembro de 2006

Tiragem

6.000 exemplares

Depósito Legal

nº 142 507/99

Registo ICS

nº 123 607

Os artigos assinados exprimem a opinião dos seus autores e não necessariamente a do proprietário e Conselho Editorial deste jornal.



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

